

WP 107 / 2012 (2001)

PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO DE BEM ESTAR DO BAIRRO DE BELÉM

Carlos Sangreman
Nuno Cunha

NOTA

Relatório elaborado por CSP, a partir de inquérito concebido com a ONG guineense Tiniguena e por ela aplicado, no quadro da construção de um Observatório do Bem Estar do Bairro de Belém, Bissau. O referido Observatório constituiu um instrumento de diagnóstico e seguimento, coordenado pela ONG portuguesa ACEP, no quadro do “PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO EM 3 BAIRROS DA PERIFERIA URBANA DE BISSAU – GUINÉ-BISSAU”, (uma parceria entre as ONG portuguesas e guineenses ACEP, AD, AIFA-PALOP, IED,IMVF e TINIGUENA, com cofinanciamento da UE e da Cooperação Portuguesa, 2000-2004).

com o apoio

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

WORKING PAPER / DOCUMENTOS DE TRABALHO

*O CEsA não confirma nem infirma
quaisquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

O **CEsA** é um dos Centros de Estudo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, tendo sido criado em 1982.

Reunindo cerca de vinte investigadores, todos docentes do ISEG, é certamente um dos maiores, senão o maior, Centro de Estudos especializado nas problemáticas do desenvolvimento económico e social existente em Portugal. Nos seus membros, na maioria doutorados, incluem-se economistas (a especialidade mais representada), sociólogos e licenciados em direito.

As áreas principais de investigação são a economia do desenvolvimento, a economia internacional, a sociologia do desenvolvimento, a história africana e as questões sociais do desenvolvimento; sob o ponto de vista geográfico, são objecto de estudo a África Subsariana, a América Latina, a Ásia Oriental, do Sul e do Sudeste e o processo de transição sistémica dos países da Europa de Leste.

Vários membros do CEsA são docentes do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional leccionado no ISEG "Económicas". Muitos deles têm também experiência de trabalho, docente e não-docente, em África e na América Latina.

FICHA TÉCNICA

Concepção do Censo: *Tiniguena e Carlos Sangreman Proença*

Recolha e Apuramento de Dados: *Tiniguena*

Análise do Censo: *Carlos Sangreman Proença e Nuno Cunha*

Concepção e Edição Gráfica da exposição: *Cristina Duarte*

Fotografias da exposição: *Pedro Lonet Proença*

Planta de Localização do Bairro: *Pedro Lonet Proença*

Coordenação: ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos

Apoio Financeiro do Projecto: *UE e ICP*

Data da edição: Novembro 2001

ÍNDICE

PARTE I.....	8
1.ENQUADRAMENTO TEÓRICO	9
2 - AS FAMÍLIAS DO BAIRRO DE BELÉM – INDICADORES DEMOGRÁFICOS.....	17
3 – A RELIGIÃO, A PERTENÇA ÉTNICA E A DIMENSÃO DO AGREGADO	23
4 – EDUCAÇÃO NO BAIRRO DE BELÉM	27
5 – ANÁLISE DO BEM ESTAR NO BAIRRO	29
6 - INDICADOR COMPOSTO DE BEM ESTAR	38
7 - ANÁLISE DOS INDICADORES INTERMÉDIOS	44
8 – ANÁLISE DA ESTRUTURA ECONÓMICA DO BAIRRO	49
PARTE II	58
9. RESTITUIÇÃO E DIFUSÃO NO BAIRRO DESTES RESULTADOS.....	59
10. ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA AVALIAÇÃO DO BEM ESTAR	61
11. OS CADERNOS DE VONTADES	63
12. OS INDICADORES DA EVOLUÇÃO	65
13. A RECOLHA DE DADOS.....	66
BIBLIOGRAFIA	68

INDICE DOS QUADROS

Quadro 1	
População abaixo da média de consumo de arroz (1986, 1991, 1993)	15
Quadro 2	
Famílias, casas desocupadas, pessoas por zona e sexo	17
Quadro 3	
Pessoas por escalões de idade e sexo	19
Quadro 4	
Pessoas por escalões de idade e parentesco com o/a chefe de família	21
Quadro 5	
Pessoas por zona de acordo com a religião professada	23
Quadro 6	
Pessoas por zona segundo a etnia	24
Quadro 7	
Pessoas por zona de acordo com a etnia do chefe de família	24
Quadro 8	
Relação entre a religião e a pertença étnica	24
Quadro 9	
Relação entre a pertença étnica e o número de membros da família	26
Quadro 10	
Pessoas por escalões etários e habilitações	27
Quadro 11	
Estudantes por pertença étnica e sexo	28
Quadro 12	
Estudantes por religião professada e sexo	29

Quadro 13	
Número de membros por quarto por zonas do bairro	33
Quadro 14	
Materiais de construção das paredes por zonas do bairro	33
Quadro 15	
Material de cobertura por zonas do bairro	34
Quadro 16	
Material do soalho por zonas do bairro	34
Quadro 17	
Acesso a água por zonas do bairro	34
Quadro 18	
Condições de saneamento por zonas do bairro	36
Quadro 19	
Energia utilizada para cozinhar por zonas do bairro	37
Quadro 20	
Modo de iluminação por zonas do bairro	38
Quadro 21	
Índice intermédio (alimentação) por zonas	40
Quadro 22	
Índice intermédio (habitação) por zonas	42
Quadro 23	
Índice intermédio (serviços) por zonas	44
Quadro 24	
Índice composto de bem estar por zonas (por família)	45
Quadro 25	
Índice composto de bem estar por zonas (ponderado)	46

Quadro 26	
Distribuição das habilitações segundo o nível de bem estar	46
Quadro 27	
Religião segundo o nível de bem estar	47
Quadro 28	
Distribuição étnica segundo o nível de bem estar	48
Quadro 29	
Sexo do chefe de família segundo o nível de bem estar	48
Quadro 30	
Actividades económicas no bairro de Belém	50
Quadro 31	
Profissões agrupadas por conjuntos de actividades económicas por zona do bairro	52
Quadro 32	
Profissões agrupadas segundo a classificação da CAE por zona do bairro	53
Quadro 33	
Profissões agrupadas segundo a classificação da CAE de acordo com os níveis de bem estar	53
Quadro 34	
Profissões agrupadas por conjuntos de actividades económicas segundo os níveis de bem estar	54
Quadro 35	
Ocupações segundo os níveis de bem estar	56
Quadro 36	
Os últimos censos da população da Guiné - Bissau	70

ÍNDICE DOS GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1 - O padrão de bem estar	10
Gráfico 2 - Áreas do Bem Estar / Pobreza	12
Gráfico 3 - Tempo da família no bairro	17
Gráfico 4 - Religiões presentes no bairro	23
Gráfico 5 - Famílias por número de membros	24
Gráfico 6 - Tipo de acesso	35
Gráfico 7 - Recursos ao nível do saneamento	36
Figura 1 – Triângulo de Sobrevivência	32
Figura 2 – Mapa de Belém	71

PARTE I

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. O conceito de bem-estar na Guiné-Bissau

Articulando a definição de bem-estar de autores em épocas muito diferentes como BENTHAM (1823), PIGOU (1932) ou MISHAN (1969), o bem-estar é algo que se situa a nível da consciência mental individual, uma noção sinónimo de “satisfação” ou de “plena realização” como “a propriedade de qualquer objecto de produzir benefícios, prazer ou felicidade”. Igualmente NG, Y-K, (1979), utiliza a noção comum de felicidade para a definição de bem-estar. E JORDAN, B., (1987) afirma que o bem-estar depende de factores “profundos e intangíveis” inerentes a cada ser humano.

Vamos tomar essa ideia de “satisfação” como base para definir o conceito de bem-estar. Numa sociedade como a africana onde a relação com os outros é um valor importante, essa ideia aplica-se considerando sempre a dimensão individual articulada com a dimensão de grupo social. Tal conceito tem por consequência que o bem-estar de um indivíduo, não se compreende sem a família, e sem os grupos sociais com os quais os seus membros se identificam. É a articulação destes diferentes grupos sociais que define o nível de bem-estar de um colectivo seja uma etnia, um bairro ou o todo nacional.

Temos, assim, um conceito de bem-estar definido como a satisfação obtida pelo conjunto de actos de apropriação de recursos praticados por um indivíduo ou grupos de indivíduos.

Para o conceito de Recursos, considerou-se um conjunto constituído por variáveis quantitativas e qualitativas.

As primeiras são aquelas para as quais é possível definir uma escala numérica, ou seja, medir de forma precisa as variações que essa variável tem por família ou por pessoa.

Quanto às variáveis qualitativas são as que permitem tomar em consideração na definição de bem-estar os critérios multidisciplinares de leitura da sociedade guineense, mas cuja tradução em números que permitam uma medida mais rigorosa é difícil pela própria natureza da variável.

Assim por exemplo, se tomarmos um critério económico, podemos considerar a variável Ramo de Actividade, que terá como categorias as diversas actividades existentes: Ramo de Actividade = {Agricultor, Ferreiro, ..., Funcionário Público}; para um critério Sócio/Cultural, a variável Género ou Sexo com as categorias de {Masculino, Feminino}; para um critério simbólico a variável Etnia com as categorias {Fula, Balanta, ..., Papel}. Mas não faz sentido atribuir uma escala numérica a essas variáveis. Ou seja, não tem lógica nenhuma atribuir um numero aqueles que são Fulas outro aos Balantas, etc., tal como se fossem variáveis como o consumo de arroz ou o valor do vestuário.

A aplicação da definição de bem-estar a recursos deste tipo, deve entender-se como apropriação ou utilização das relações sociais que são consequência da identificação por parte de um indivíduo/família com um grupo social de uma etnia, de mulheres/homens, de funcionários/agricultores/etc..

Ou seja, o termo apropriação de recursos aplicado a variáveis qualitativas refere-se à satisfação para um indivíduo/família originada nas relações sociais que se estabelecem pelo facto de se pertencer a um grupo social com relevância social positiva. Tais relações sociais numa sociedade africana como a guineense têm uma importância fundamental no bem-estar social.

A linha de investigação / acção do projecto em que se encontra inserido este relatório (ou projectos pois já se deu a sua replicação noutros bairros de Bissau), quer contribuir para compreender se existe ou não uma identidade em desenvolvimento com uma componente geográfica de bairro. Ou dito de outro modo, a dinâmica social que se gera em determinados bairros de Bissau origina ou não a construção de uma identidade bairrista que se sobreponha aquelas que se formam por via tradicional da etnia ou da religião. É uma resposta à qual se vai dando resposta em diferentes momentos e em diferentes acções.

A pirâmide de BAULCH, (1996) está a tornar-se uma forma generalizada de representação da pobreza e do bem-estar. Podemos expressar este conceito de recursos para a Guiné-Bissau dessa forma no Gráfico 1:

Gráfico 1. O Padrão de Bem-Estar

Recursos OAB+ Vestuário + Habitação + RSFER + Trabalho + Recursos P. Estatais + Terra + **Empoderamento**

Recursos OAB + Vestuário + Habitação + RSFER + Trabalho + Recursos Públicos Estatais + **Terra**

Recursos OAB + Vestuário + Habitação + RSFER + **Trabalho + Recursos Públicos Estatais**

Recursos OAB + Vestuário + Habitação + **Recursos Sociais Fam/Étnia/Religião**

Arroz + Outros Alimentos e Bens (OAB) + **Vestuário + Habitação**

Arroz + **Outros Alimentos(OA) + Vestuário**

Alimentação em arroz (Arroz)

Recursos OAB = Arroz + Outros Alimentos e Bens

Recursos Públicos = Acesso a água, electricidade, educação, saúde.

RSER = Recursos Sociais Etnia/Religião

Terra = Recursos de capital físico para além da Habitação

Empoderamento = participação na vida colectiva seja a nível de tabanca, de bairro ou do país, e de acordo com as relações sociais mais tradicionais ou por meio de debates, voto e participação em instituições públicas mais de acordo com o sistema político europeu.

Também procura dar ideia de que existem recursos que se podem medir com mais fiabilidade do que outros. Por exemplo os recursos provenientes das Relações Sociais com origem nas solidariedades/deveres étnicos e religiosos ou aqueles que resultam da participação em instituições (empoderamento) são mais difíceis de medir e avaliar do que o acesso a bens públicos como a educação ou a saúde, que por sua vez são mais difíceis de medir e avaliar do que os bens alimentares de consumo.

Note-se que não existe aqui nenhuma diferenciação de género. Isto porque se podem aplicar estes conceitos a unidades de análise do bem-estar diferentes: podemos ter um indivíduo, homem ou mulher, ou uma família ou um grupo social (definido por critérios variados desde os espaciais, profissionais, étnicos e religiosos).

Pensamos que este gráfico corresponde ao que pode ser a definição do conjunto de recursos a que uma família guineense aspira ter acesso. E forma deste modo o padrão de bem-estar de todo o conjunto de famílias do país. Esse gráfico concretiza também para o país a teoria exposta em documentos muito recentes de organizações internacionais como o Banco Mundial ou a OCDE (ver bibliografia no final do Relatório).

O conceito de bem-estar assume assim um carácter multi disciplinar que varia com o género, idade, cultura, e outro contextos económicos e sociais. A noção de recursos apresentada estende-se até à solidariedade social que o relatório do Voices of the poor do Banco Mundial (2000, pág.43) afirma serem um dos mais preciosos recursos dos pobres, originando segurança e satisfação psicológica.

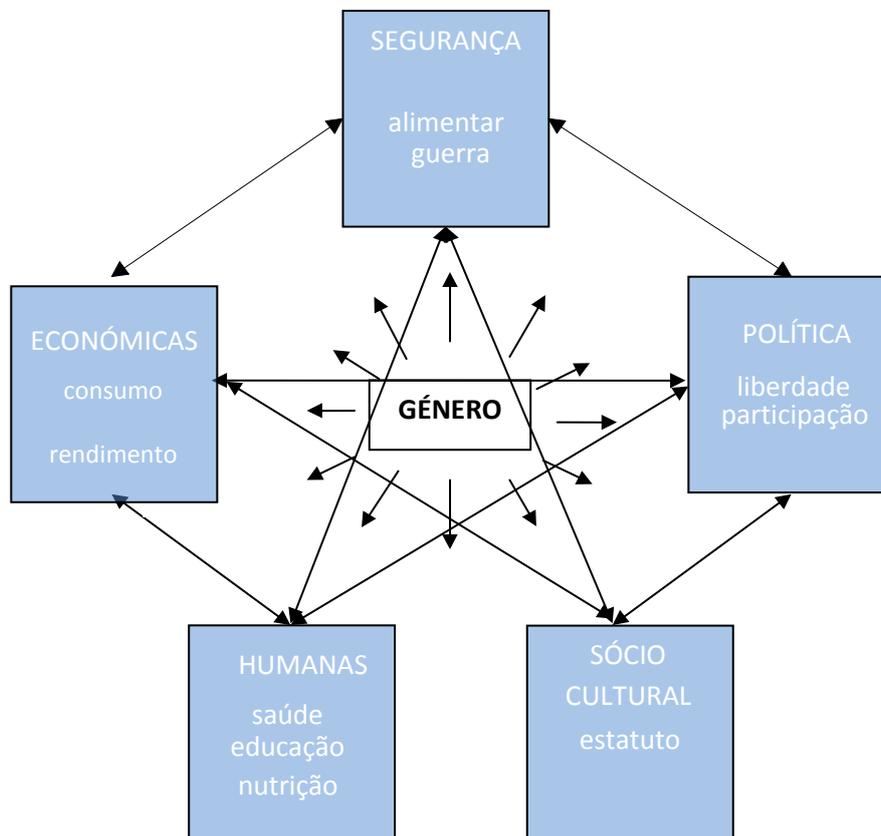
A pobreza é a privação de alguns destes tipos de recursos, e como tal também multidisciplinar. A forma do gráfico em pirâmide invertida procura dar a ideia de que quando os recursos vão crescendo o bem-estar também vai crescendo.

O CAD da OCDE (2000) em documento ainda em preparação, utiliza esta noção de privação dos elementos que compõem as dimensões do bem-estar para caracterizar a pobreza. Esse documento expressa as relações interactivas entre a pobreza e o bem-estar partindo das seguintes dimensões do bem-estar:

- **Capacidades económicas** (consumo/rendimento, e posse de património como habitação, terra, animais).
- **Capacidades humanas** (saúde, educação, nutrição, água potável, abrigo)
- **Capacidades políticas** (liberdade de expressão, direitos humanos, *empowerment*)
- **Capacidades sociais** (estatuto social, dignidade, liberdade cultural).
- **Segurança** (segurança alimentar, ausência de crimes, guerra, segurança social)

O **género** e o **ambiente** relacionam-se com todas estas dimensões.

O Gráfico 2 exprime visualmente o que dissemos:



1.2.A família urbana como unidade de análise do bem estar

A família urbana africana constitui a unidade de informação base para o trabalho realizado.

O conceito de família pode ser referido a partir do trabalho de LEBRIS et al.(1987) que consideram três tipos: a família elementar, a alargada e a estendida.

A família elementar ou restrita, pode ser simples, se for monogâmica, ou composta de for poligâmica. É o tipo de família composta por um homem, a sua mulher (ou mulheres) e filhos, com orçamento e habitação únicos (independentemente de quantas casas tenha). A hierarquia familiar faz-se pelo reconhecimento por todos de um chefe de família, e, no caso da poligamia, pela idade das mulheres. Em geral tem outros parentes, amigos ou crianças a cargo na habitação comum por períodos variáveis.

A família alargada, engloba o conjunto de várias famílias restritas reunidas por laços de parentesco, cada uma vivendo na sua habitação, do seu orçamento e reconhecendo um chefe de família. A diferença faz-se por esse conjunto de famílias reconhecerem para algumas questões da vida como certas cerimónias étnicas, os funerais e o casamento, uma hierarquia que se sobrepõe aquela, e onde existe um chefe ao qual é atribuído um poder de decisão mais forte.

A família estendida consiste num conjunto de famílias dos restantes tipos ligadas por uma ascendência comum, que pode ser real ou mítica, e cujas solidariedades são expressas nos diferentes aspectos de vida. Os critérios base de organização e hierarquia são a idade e a relação de parentesco.

Os autores referidos seguidamente, ao estudarem a família na Guiné-Bissau, consideram apenas dois tipos : a família elementar ou restrita e a família estendida, tratando a família alargada como uma situação intermédia na evolução do tipo de família estendida para elementar ou restrita.

A “família estendida” da época colonial na Guiné-Bissau, como é descrita nos trabalhos de ACHINGER G.(1986 e 1991), nas várias obras de CARREIRA A., sobre diferentes etnias como os manjaco, brame, balanta ou ainda de HANDEN, D. L. (1985) sobre os balanta-brassa, dedicava-se a actividades económicas abrangidas pela designação de “modo de produção doméstico”, (MEILLASSOUX C. , 1976), produzindo perto do nível de subsistência e atribuindo um valor simbólico à acumulação. Eram famílias patriarcais, com o casamento negociado independentemente da mulher, onde esta segue o marido para a sua comunidade, a família do homem tem direito aos filhos, e existe a poligamia e o levirato.

O processo de concentração urbana no período da guerra colonial e de pós – independência fez-se sobretudo na cidade de Bissau, que passou de 12.034 pessoas em 1950, para 109.214 em 1979¹, e 195.389 em 1991. As características das famílias urbanas que as distinguem dos habitantes rurais, como se pode ver na análise dos recenseamentos feita por RIBEIRO (1987) ou CARDOSO,C. e IMBALI, F. (1993), são

¹ O recenseamento de 1970 tem sido considerado pouco fiável devido à guerra colonial.

sobretudo uma menor dimensão familiar, uma maior mistura étnica nas famílias, mais independência da mulher no casamento e nas actividades económicas, maior numero e diferenças nos tipos de actividades económicas predominantes na família, e um maior nível médio de instrução de crianças, jovens e adultos.

Concorda-se com esses autores, quando afirmam que os dados dos censos demonstram que ainda existem, na capital, todos os tipos diferentes de famílias, sobretudo a “alargada” de origem rural (a viver em zonas periurbanas de Bissau) até à família “elementar ou restrita” composta por um casal e filhos menores (em geral de funcionários do Estado ou de organizações internacionais, com instrução formal superior), passando por formas de poligamia com formas de habitação idênticas às do espaço rural ou adaptadas às condições de habitação urbanas.

Tais afirmações remetem-nos para as teorias da mudança ou desenvolvimento das famílias, mas não conhecemos autores que pensem sobre o espaço urbano africano e as alterações familiares correspondentes para além dos que já referimos.

Para o presente trabalho, a definição de família que se vai utilizar corresponde ao conceito de “família elementar ou estrita”, de acordo com os critérios já esboçados, Este conceito engloba os casais, de jure ou de facto, com filhos menores ou não, a viverem na mesma habitação e do mesmo orçamento, outros parentes e os não parentes, hóspedes existentes na casa no momento do questionário, mas reconhecendo todos os elementos o mesmo chefe de família.

O conceito de “agregado doméstico ou familiar”, utilizado nos recenseamentos de 1979 e 1991, difere do conceito de família elementar ou restrita apresentado, por considerar a relação de parentesco estabelecida entre os membros como o critério principal, e não o orçamento comum (designado por “fogão” na Guiné-Bissau) e a autoridade de um “chefe de família”. As consequências dessa diferença são a ausência nos recenseamentos, dos hóspedes, como membros da família, seja qual for o tempo que têm de permanência junto das restantes pessoas (são recenseados nos respectivas agregados de origem), e a separação em mais de uma família de parentes, por se utilizar a relação de parentesco do núcleo esposo/esposa(s) e filhos menores, como critério principal, independentemente da origem do orçamento de que dependem e da aceitação da autoridade de outra pessoa como “chefe de família”.

1.3 O arroz como medida de bem estar

O arroz é o produto consumido todos os dias por toda a população independentemente de níveis de consumo, de etnia ou religião, com uma média de 0,378 gramas/dia/pessoa, estimado por responsáveis do SEPCI, em 1983. O que significa numa família de 4-6 unidades de consumo, 551-827 kg/ano.² A razão de tal comportamento tem a ver com o contexto socio – cultural do país e não conhecemos qualquer estudo sobre essa questão. É o chefe de família que tem obrigação de fornecer a família com esse produto e é também ele quem distribui o arroz diário. Quem não tem o arroz mínimo para a família, não pode ter família, e não tem outra alternativa senão colocar-se na dependência de outros familiares, ou de alguém que esteja disposto ou tenha obrigação de o abrigar, uma vez que não existe um sistema de segurança social institucional, e a lógica de solidariedade e respeito da sociedade guineense, em tempo de paz, não permite a colocação de idosos ou incapacitados em lares, ou de abandono de menores, como é feito nas sociedades ocidentais.

O apuramento feito directamente dos inquéritos aos orçamentos familiares em 1986, 1991 e 1993/4 originou o resultado que vemos no Quadro 1.

A comparação do numero de pessoas com consumo de arroz abaixo da média, nos anos dos inquéritos, revela que de 1986 para 1991 o numero de pessoas nessa situação baixa, mas volta a subir em 1993.

Quadro 1 - População abaixo da média de consumo de arroz (1986,1991,1993)

Ano	(%)
1986	48.6
1991	27.9
1993	46.7

Fonte: Inquéritos às famílias, 1986, 1991, 1993, INEC, Bissau, Guiné-Bissau.

² Daí a distribuição de um saco de 50 kg por mês aos funcionários e militares.

Dado o significado sócio - cultural do arroz, como produto base na sociedade guineense, e atendendo a que não se detecta nos dados recolhidos qualquer diminuição de consumo com o acréscimo global de despesas das famílias, a evolução referida pode ser interpretada como uma indicação de aumento de acesso a recursos de 1986 para 1991 e uma diminuição de 1991 a 1993.

Para este trabalho procurou-se inquirir a quantidade de arroz consumida mensalmente, por cada família obtendo assim uma medida de bem estar, facilmente quantificável e significativa de todo o conjunto de recursos que se referiu anteriormente constituir o padrão de bem estar.

Ou seja, não é pelo facto de as famílias aumentarem o seu nível de consumo global que passam a consumir em média, uma quantidade menor de arroz por pessoa. Tal processo só é válido até um nível de rendimento médio. A partir desse ponto em geral a refeição da noite passa a incluir outro tipo de alimentos. Os mais pobres comem arroz a todas as refeições todos os dias.

Não se detectou essa evolução em Quelele. Mas no bairro de Belém, no âmbito do presente inquérito, verificou-se a existência de uma amostra de 120 inquéritos onde o nível de vida das famílias era considerado pelos inquiridores como melhor mas o nível de consumo de arroz era mais baixo que a média. Em entrevistas concluiu-se que tal hipótese era verdadeira. Ou seja há um conjunto de famílias significativo desse bairro que desde já substituem o arroz numa das refeições por outros alimentos.

Tentou-se um processo de consideração de outras componentes do bem estar – como é exemplo a habitação - para tentar normalizar os efeitos desse processo.

Essa metodologia está melhor definida e aplicada nos pontos 4, 5 e 6 desta primeira Parte.

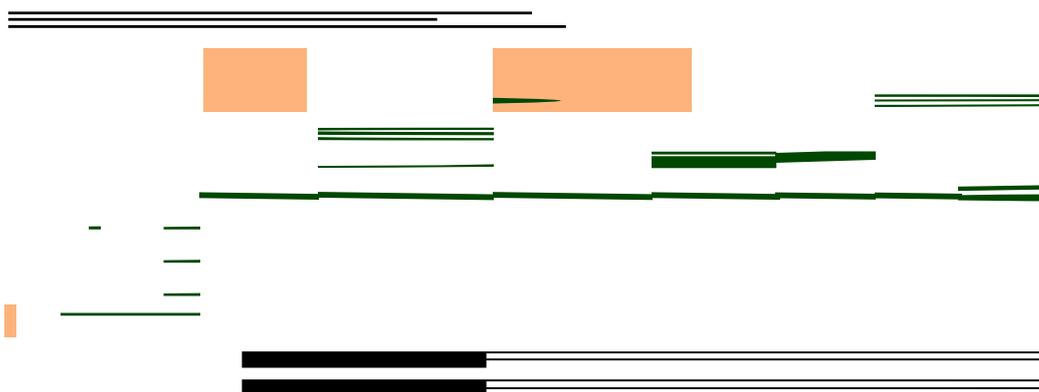
Um dos problemas com a análise do bem estar / pobreza é a definição do nível a partir do qual se considera que uma família é menos pobre, pobre, ou mais pobre.

Aqui considerou-se um intervalo de 10 % a menos e 10 % a mais da média mensal por pessoa.³ Ao tomar-se um intervalo evitam-se as críticas à aleatoriedade reconhecida por todos os autores na definição de uma linha precisa de separação dos níveis de bem estar, e tenta-se responder a uma questão que surgiu recentemente no debate internacional sobre a pobreza: como se considera aquelas famílias que são vulneráveis a ponto de num período curto de tempo poderem subir ou descer em relação a uma linha, passando de pobres a não pobres com facilidade ?

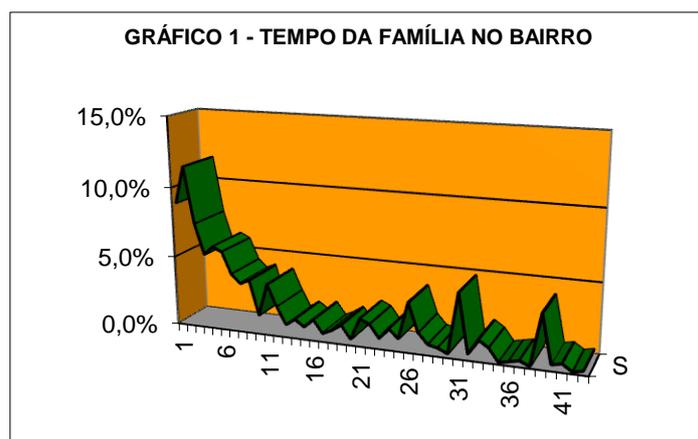
³ Poder-se-ia considerar em alternativa a média por unidades de consumo equivalentes. Mas para a análise que se pretende desenvolver não é significativo.

2 - AS FAMÍLIAS DO BAIRRO DE BELÉM – INDICADORES DEMOGRÁFICOS

A fonte utilizada para a realização deste relatório foi o inquérito realizado em Junho de 2000 a uma parte da população do **Bairro de Belém** (zonas C, D, E), no qual foram abrangidas **351** habitações, **336** das quais se encontravam habitadas. O número total de pessoas inquiridas foi de **5017**, **2502** do sexo **masculino** e **2513** do sexo **feminino**, sendo que para duas pessoas não foi possível identificar a resposta no inquérito.



Uma parte das famílias residentes no Bairro de Belém são famílias **deslocadas** no âmbito do processo de urbanização que se tem vindo a processar no país nos últimos anos. Assim, não é de estranhar que quase **9%** destas reside no bairro há **menos de um ano**.



Claramente demonstrador deste facto é a percentagem de pessoas que vive no bairro há menos de 5 anos (aproximadamente 40%), ou o facto de a percentagem de pessoas que reside no bairro há mais de 20 anos ultrapassar por muito pouco os 25%.

De qualquer forma, este bairro não é apenas um bairro de recepção de migrantes recentes, chegando a encontrar-se respostas de chefes de família que afirmam residir no bairro há 50 anos.

O número de famílias inquiridas é de **656**, o que nos dá uma média de **7,65 pessoas por família**, um número que é superior ao total de Bissau em 1991, que era de 6,2. Esta situação pode evidenciar uma diferença na organização familiar do bairro em relação ao resto da região de Bissau, pois, porventura, o facto de em muitos casos a estadia no bairro ser um dado recente, aumenta a dificuldade de criação de família própria originando uma alargamento do período de permanência junto da residência dos familiares. Por outro lado, este dado pode estar também associado a um aumento do número médio de pessoas do agregado familiar ocorrido na última década.

Vamos procurar fazer uma estimativa do número de habitantes do bairro nos próximos anos. Para tal vamos utilizar as taxas de crescimento natural geral do país, acrescentando o número de pessoas que entraram no bairro no último ano.

Assim:

População à data do inquérito (2000) = 5.017

Média de pessoas por família = 7,65

Percentagem das famílias a viverem há um ano ou menos no bairro = 9 %

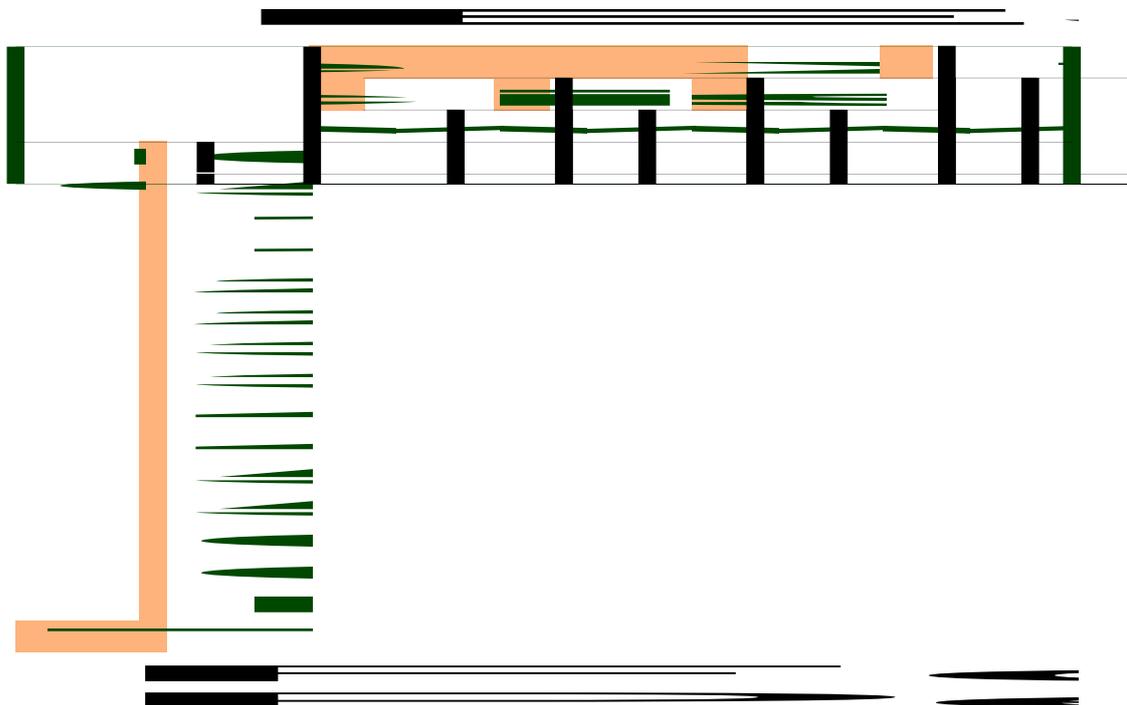
Famílias a viverem no bairro à um ano ou menos = $656 \times 0,09 = 59$

Pessoas a viverem há um ano ou menos no bairro = $59 \times 7,65 = 452$

Taxa de crescimento natural da população do país = 2,0 % anual

Taxa de crescimento da população urbana = 4,6 %

População em 2001 (admitindo que vêm residir para o bairro o mesmo número de pessoas novas acrescidas da taxa de urbanização) = $5.017 \times 2,0 \% + 452 \times 4,6 \%$
= 5.590



A estrutura etária do bairro apresenta as características típicas das pirâmides da região da África Sub-sahariana, isto é, uma **base extremamente alargada (34,5%** da população tem **menos de 15 anos**) e que vai estreitando com o aumento da faixa etária. Um facto que distingue ligeiramente esta pirâmide do formato típico de uma população muito jovem, é o facto de os estratos que apresentam uma maior percentagem de população serem os que se situam entre os **15 e os 19 (15,5%)** e os **20 e os 24 (15,5%)**, situação que se encontra associada ao facto de este ser um bairro de **recepção de migrantes do campo para a cidade**, situação em que normalmente se deslocam numa primeira fase os chefes de família, seguidos das esposas e só mais tarde dos filhos.

Estas percentagens são também superiores às que foram apresentadas num outro bairro de Bissau – o bairro de Quelele – o qual apresentou uma maior concentração nos escalões mais baixos, aproximando-se mais da estrutura etária dos países da zona, e da estrutura etária do próprio país. Apesar deste facto, estamos perante uma população em que cerca de 3 quartos dos indivíduos apresentam menos de 30 anos, assim se justificando a nossa afirmação de estarmos perante uma população extremamente jovem.

Ainda em relação à estrutura familiar, além do facto, já referido, de em média cada família possuir **7,65** membros, destaca-se também o facto de **28,1%** das famílias terem como chefe um indivíduo do **sexo feminino**. Um valor superior ao apresentado em dados de 1991 e 1993/95⁴ para a cidade que se aproximava dos 20%, e muito superior aos valores apresentados para o bairro de Quelele (apenas 7%), contrariando a tendência normal de um bairro composto em grande parte por uma população migrante em apresentar um maior número de famílias chefiado por um homem, já que, como já referimos, estes têm tendência a serem os primeiros a deslocarem-se para a cidade. Neste caso tal não se verifica, o que pode demonstrar um padrão de mobilidade diferente do que se passa nos restantes bairros receptores de migrantes, podendo estar associados a aspectos culturais, étnicos ou religiosos relacionados com a origem das pessoas que habitam neste bairro.

Se ao número de famílias for descontado o número de famílias em que o chefe de família é do sexo feminino, verificamos que o número de esposas por família não chega a 1, um número bastante baixo para uma sociedade como a guineense, em que a poligamia ainda é um fenómeno com grande implantação, particularmente entre as famílias onde predomina a religião muçulmana. Esta situação pode dever-se por um lado ao facto, já tantas vezes referenciado de este ser um bairro de recepção de migrantes, podendo também encontrar-se relacionado com alterações de comportamentos associados à passagem do campo para a cidade. O facto de este valor ser relativamente baixo pode ainda traduzir uma dificuldade em deslocar todas as mulheres do campo para a cidade. Por último, levanta-se ainda a questão de existir interesse por parte do homem em manter esposas no campo como forma de reforçar os laços com a terra de origem, o que pode justificar-se como fazendo parte da estratégia de sobrevivência do agregado (*safety net*), permitindo uma fonte de rendimento diversificada no caso de as actividades económicas desenvolvidas no contexto urbano não terem os resultados desejados.

Para terminar podemos traçar, de forma reduzida, o seguinte quadro em relação à **Família do Bairro de Belém: 71,9%** dos chefes de família são do **sexo masculino**, os quais têm em média **0,9** mulheres. Cada família apresenta em média **1,55 filhos** do sexo masculino e **1,46** do sexo feminino. Em relação a outros elementos destacam-se ainda os valores de **1 sobrinho(a)** e **0,6 irmão(a) por família**.

⁴ PROENÇA (2001)

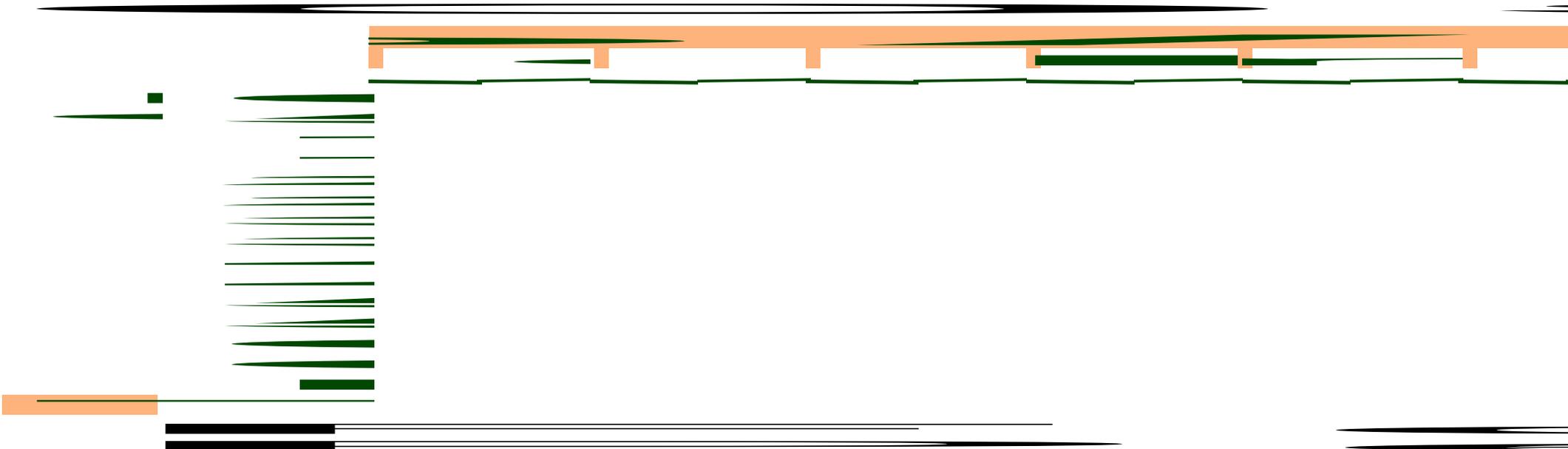


CESA | Centro de Estudos sobre
África e do Desenvolvimento

Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911



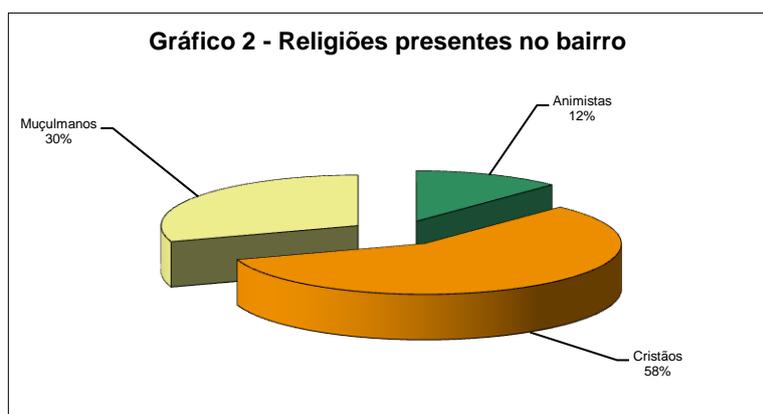
com o apoio

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



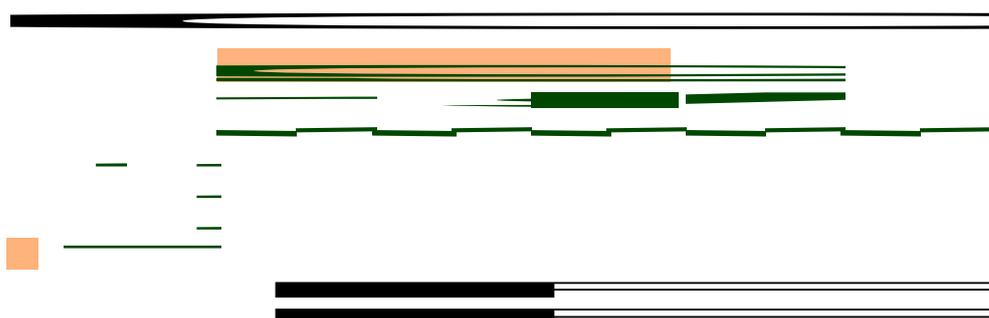
3 – A RELIGIÃO, A PERTENÇA ÉTNICA E A DIMENSÃO DO AGREGADO

Iremos agora analisar outro factor essencial na caracterização sócio-económica do bairro – a **religião** - dado o peso que esta desempenha na sociedade guineense.



Pela análise do gráfico 2, podemos verificar a seguinte estrutura do bairro em termos religiosos: **57,7%** das pessoas que declararam professar uma religião declararam serem **cristãos**, **30,1%** declarou-se **muçulmano** e **12,1%** **animista**.

Comparar com o total do país e as região de Bissau



Pela análise do quadro 5 não se pode deduzir a existência de uma relação entre a distribuição geográfica no bairro e a religião professada, já que excluindo o facto de a percentagem de animistas na zona E ser inferior ao total do bairro, as restantes apresentam valores bastante aproximados dos valores do conjunto da amostra.

QUADRO 6 - PESSOAS POR ZONA SEGUNDO A ETNIA

		Etnia/Raça																						Total	
		Balanta		Papel		Fula		Manjaco		Mandinga		Misto		Mancanha		Beafada		Outros		Estrangeiro		Não resposta		N	%
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%				
Zona por pessoas	zona C	69	4,1	319	19,0	229	13,6	262	15,6	99	5,9	341	20,3	126	7,5	77	4,6	100	6,0	56	3,3	1	,1	1679	100,0
	zona D	103	4,5	353	15,5	126	5,5	193	8,5	277	12,1	481	21,1	522	22,9	105	4,6	82	3,6	42	1,8	0	,0	2284	100,0
	zona E	29	2,8	147	14,0	100	9,5	135	12,8	133	12,6	199	18,9	195	18,5	3	,3	83	7,9	29	2,8	0	,0	1053	100,0
Total		201	4,0	819	16,3	455	9,1	590	11,8	509	10,1	1021	20,4	843	16,8	185	3,7	265	5,3	127	2,5	1	,0	5016	100,0

Fonte: Observatório do Bem Estar, Belém, Zonas, C, D, E, Bissau
Percentagens só respostas válidas

QUADRO 7 - PESSOAS POR ZONA DE ACORDO COM A ETNIA DO CHEFE DE FAMÍLIA

		Etnia/Raça																				Total	
		Balanta		Papel		Fula		Manjaco		Mandinga		Misto		Mancanha		Beafada		Outros		Estrangeiro		N	%
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%				
Zona do bairro	zona C	64	3,8	351	20,7	258	15,2	292	17,2	89	5,3	267	15,8	117	6,9	84	5,0	106	6,3	65	3,8	1693	100,0
	zona D	131	5,8	414	18,2	130	5,7	178	7,8	308	13,6	306	13,5	530	23,4	116	5,1	100	4,4	56	2,5	2269	100,0
	zona E	31	2,9	156	14,8	87	8,3	151	14,3	163	15,5	103	9,8	192	18,2	0	,0	122	11,6	48	4,6	1053	100,0
Total		226	4,5	921	18,4	475	9,5	621	12,4	560	11,2	676	13,5	839	16,7	200	4,0	328	6,5	169	3,4	5015	100,0

Fonte: Observatório do Bem Estar, Belém, Zonas, C, D, E, Bissau
Percentagens só respostas válidas

QUADRO 8 - RELAÇÃO ENTRE A RELIGIÃO E A PERTENÇA ÉTNICA

		Etnia/Raça																						Total	
		Balanta		Papel		Fula		Manjaco		Mandinga		Misto		Mancanha		Beafada		Outros		Estrangeiro		Não resposta		N	%
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%				
religião	Animista	62	33,3	168	22,3	7	1,6	101	18,3	10	2,1	52	5,7	151	19,2	4	2,4	4	1,5	7	5,8	0	,0	566	12,1
	Cristã	119	64,0	581	77,0	3	,7	431	78,2	18	3,7	720	78,5	633	80,5	20	12,0	90	34,7	73	60,8	0	,0	2688	57,7
	Muçulmana	5	2,7	4	,5	426	97,7	19	3,4	457	94,2	145	15,8	0	,0	142	85,5	165	63,7	39	32,5	1	100,0	1403	30,1
	NS/NR	0	,0	2	,3	0	,0	0	,0	0	,0	0	,0	2	,3	0	,0	0	,0	1	,8	0	,0	5	,1
Total		186	100,0	755	100,0	436	100,0	551	100,0	485	100,0	917	100,0	786	100,0	166	100,0	259	100,0	120	100,0	1	100,0	4662	100,0

Fonte: Observatório do Bem Estar, Belém, Zonas, C, D, E, Bissau
Percentagens só respostas válidas

Ao analisarmos o quadro 6 verificamos a existência de uma grande heterogeneidade na composição étnica do bairro, sendo possível encontrar 6 grupos étnicos cuja representatividade supera os 5%. De entre todas elas destacam-se a etnia **Mancanha** representando **16,8%** da população e a etnia **Papel** com cerca de **16,3%**. Apresentando valores com algum relevo temos ainda a etnia **Manjaco (11,8%)**, **Mandinga (10,1%)** e **Fula (9,1%)**.

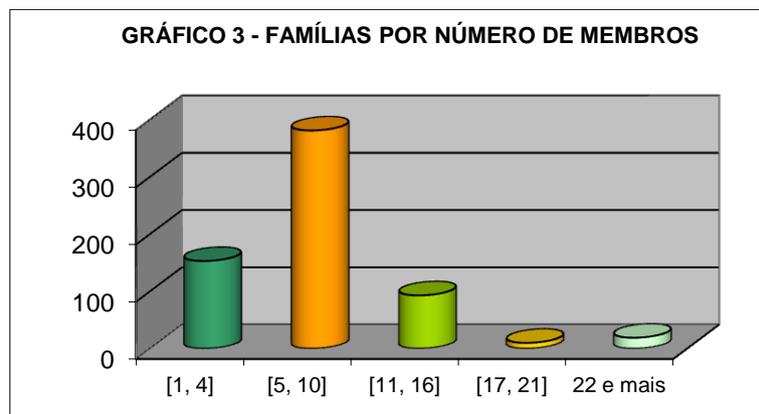
Uma outra categoria que surge com relevância, dado o valor relativamente alto apresentado, é aquela que se refere às pessoas que não se definem como pertencendo a uma única etnia. A percentagem (**20,4%**) de pessoas que quando questionadas sobre a sua etnia deram a resposta **Mista** é provavelmente resultado dos casamentos que se têm verificado entre pessoas de diferentes etnias, demonstrando que nos últimos anos a pertença étnica não tem sido uma categoria estática na Guiné-Bissau.

Se levarmos em linha de conta a etnia do Chefe de Família, mas utilizando como ponderador o número de membros da família, deparámos com uma diminuição da percentagem de pessoas que declarou essa categoria quando questionadas sobre a pertença étnica (**13,5%**), demonstrando que grande parte dos casamentos entre pessoas com origem étnica diferente se processou na geração do Chefe de Família ou numa geração posterior. A comprovar esta situação temos o facto de a predominância nesta categoria se acentuar nos escalões etários mais jovens [dos **0 aos 4 - 30,7%**, dos **5 aos 9 - 26,6%**, dos **10 aos 14 - 24,2%**]. De realçar que no **quadro 7** (etnia do chefe de família) se evidencia a etnia **Papel (18,4%)**, seguida da etnia **Mancanha (16,7%)** que apresenta uma percentagem idêntica à percentagem do quadro 6.

Se analisarmos a relação entre a religião professada e a pertença étnica deparamos que são os indivíduos pertencentes às seguintes etnias que declaram na sua maioria professar o **cristianismo**: **Mancanha (80,5%)**, **Manjaco (78,2%)**, **Papel (77,7%)**. Também os que assumiram a categoria **mista** declararam na sua maioria serem cristãos (**78,5%**). Assumindo-se como **muçulmanos** destacam-se a etnia **Fula (97,7%)**, **Mandinga (94,2%)** e **Beafada (85,5%)**. Destes números destaca-se o facto de aquelas etnias cujos indivíduos declaram preferencialmente serem **muçulmanos**, apresentarem uma menor diversidade ao nível religioso, apresentando um nível correlação superior entre a religião e a pertença étnica. Outro factor que pode justificar esta situação é o facto de por vezes existir uma sobreposição entre o animismo e o cristianismo. Isto é, apesar de as pessoas declaram uma ou outra religião, muitas vezes conjugam a prática de ritos

associados ao animismo com a prática da fé cristã, prática esta que é corrente na sociedade guineense.

Analisando o número de membros por família, deparamos com a predominância das famílias cuja dimensão varia entre os **5 e os 10** elementos (**58,1%**), uma percentagem que atesta claramente o facto de, mesmo em contexto urbano, ainda não se ter processado a **transição demográfica**⁵.



A percentagem de famílias com um padrão bem mais próximo do padrão das famílias urbanas dos países mais desenvolvidos, com um número de membros entre os **1 e os 4**, é de apenas **23,3%**. A comprovar esta realidade temos ainda o facto da percentagem de famílias com um número de membros entre os **11 e os 16** ser também elevada (**14,2%**) e mesmo para famílias com **17 ou mais** membros o número ser ainda de **4,6%**.

No quadro 9 podemos tentar inferir se existe alguma relação entre a pertença étnica e o

QUADRO 9 - RELAÇÃO ENTRE A PERTENÇA ÉTNICA E O NÚMERO DE MEMBROS DA FAMÍLIA

		Número de Membros										Total	
		Entre 1 - 4 membros		Entre 5 - 10 membros		Entre 11 - 16 membros		Entre 17 - 21 membros		Mais de 22 membros		N	%
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Etnia/Raça	Balanta	7	21,9	20	62,5	5	15,6	0	,0	0	,0	32	100,0
	Papel	29	23,4	73	58,9	19	15,3	1	,8	2	1,6	124	100,0
	Fula	24	34,3	36	51,4	9	12,9	0	,0	1	1,4	70	100,0
	Manjaco	11	14,1	49	62,8	16	20,5	2	2,6	0	,0	78	100,0
	Mandinga	7	12,3	36	63,2	6	10,5	2	3,5	6	10,5	57	100,0
	Misto	28	26,9	62	59,6	14	13,5	0	,0	0	,0	104	100,0
	Mancanha	24	23,5	58	56,9	13	12,7	3	2,9	4	3,9	102	100,0
	Beafada	8	32,0	10	40,0	5	20,0	1	4,0	1	4,0	25	100,0
	Outros	6	18,2	16	48,5	6	18,2	1	3,0	4	12,1	33	100,0
	Estrangeiro	9	30,0	21	70,0	0	,0	0	,0	0	,0	30	100,0
Não resposta	0	,0	0	,0	0	,0	0	,0	1	100,0	1	100,0	
Total		153	23,3	381	58,1	93	14,2	10	1,5	19	2,9	656	100,0

Fonte: Observatório do Bem Estar, Belém, Zonas C, D, E, Bissau
 Percentagens só respostas válidas

número de membros por família. No que respeita a famílias com uma média de membros inferior à média destacam-se as famílias cujo chefe de família declarou ser de etnia **Fula (34,3%)** ou **Beafada (32%)**, além daquelas cujo chefe declarou pertencer a uma etnia **estrangeira (30%)**. Curioso o facto de em nenhum dos casos as famílias desses indivíduos terem apresentado uma dimensão superior aos 10 elementos. Curioso também o facto de as famílias que em relação à pertença étnica responderam **mista**, não apresentarem qualquer caso de famílias com mais de 16 elementos, o que demonstra o facto de a pertença étnica poder ser um factor que se perde com a modernidade, e que associada a essa modernidade se encontra a diminuição do número de membros por família.

Destaque pelo inverso para a etnia **Mandinga**, na qual **14%** das famílias apresentou um número de membros superior a 16 membros, tal como para a etnia **Beafada (8%)**, curiosamente ambas etnias para as quais a maioria dos membros declarou na sua esmagadora maioria professar o islamismo.

4 - EDUCAÇÃO NO BAIRRO DE BELÉM

QUADRO 10 - PESSOAS POR ESCALÕES ETÁRIOS E HABILITAÇÕES

		Habilidades literárias														Total			
		Não frequentou		Primário		Secundário		Superior		Corânico		Sec./Corânica		Pri./Corânico		Não resposta		N	%
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Escalões etários	5 - 9	46	10,8	350	82,5	6	1,4	0	,0	21	5,0	0	,0	0	,0	1	,2	424	100,0
	10 - 14	35	5,4	401	61,3	191	29,2	0	,0	24	3,7	0	,0	3	,5	0	,0	654	100,0
	15 - 19	40	5,3	130	17,3	531	70,5	0	,0	47	6,2	1	,1	4	,5	0	,0	753	100,0
	20 - 24	51	6,8	55	7,3	599	79,8	1	,1	40	5,3	4	,5	1	,1	0	,0	751	100,0
	25 - 29	54	9,8	56	10,1	390	70,7	9	1,6	41	7,4	1	,2	0	,0	1	,2	552	100,0
	30 - 34	43	12,8	27	8,0	224	66,5	6	1,8	29	8,6	7	2,1	1	,3	0	,0	337	100,0
	35 - 39	50	18,2	32	11,6	149	54,2	11	4,0	28	10,2	4	1,5	0	,0	1	,4	275	100,0
	40 - 44	39	20,0	24	12,3	94	48,2	15	7,7	22	11,3	0	,0	0	,0	1	,5	195	100,0
	45 - 49	45	30,2	26	17,4	50	33,6	11	7,4	17	11,4	0	,0	0	,0	0	,0	149	100,0
	50 - 54	40	54,1	14	18,9	13	17,6	1	1,4	6	8,1	0	,0	0	,0	0	,0	74	100,0
	55 - 59	15	25,0	17	28,3	17	28,3	2	3,3	9	15,0	0	,0	0	,0	0	,0	60	100,0
	60 - 64	27	50,9	13	24,5	5	9,4	0	,0	8	15,1	0	,0	0	,0	0	,0	53	100,0
	65 e +	34	50,0	18	26,5	7	10,3	0	,0	9	13,2	0	,0	0	,0	0	,0	68	100,0
	Não resposta	4	30,8	2	15,4	4	30,8	0	,0	0	,0	0	,0	0	,0	3	23,1	13	100,0
Total		523	12,0	1165	26,7	2280	52,3	56	1,3	301	6,9	17	,4	9	,2	7	,2	4358	100,0

Fonte: Observatório do Bem Estar, Belém, Zonas C, D, E
Percentagens só respostas válidas

Em relação ao nível de instrução da população do bairro os resultados são extremamente surpreendentes pela positiva. Este dado poderá por um lado encontrar-se relacionado com o nível sócio-económico dos habitantes do bairro. Por outro lado, surge a hipótese de podermos estar perante um resultado enviesado. Independentemente desse facto passemos à análise dos dados.

De entre aqueles que têm idade para frequentarem, ou já terem frequentado uma escola, apenas **12%** respondeu não ter frequentado a escola. Mesmo considerando apenas os indivíduos com mais de 15 anos o resultado ascende apenas aos **13,5%** o que, considerando este resultado como uma *proxy* da **taxa de analfabetismo**, nos dá um valor extremamente baixo, tanto quanto comparada com a taxa de analfabetismo do país (62% segundo as organizações internacionais), como quando se compara com a média da África Sub Saariana (39%). Estes números além de poderem reflectir, como já referenciamos, o nível sócio-económico do bairro, podem ser também ser um indicador do bom funcionamento das escolas no bairro, ou de alguns programas de alfabetização para adultos.

É claro também pela análise do quadro 10, que a percentagem de pessoas que não frequentou qualquer escola, tem vindo a diminuir significativamente, enquanto que, inversamente a percentagem de indivíduos que frequenta ou frequentou a escola secundária tem vindo a aumentar. Surpreendente o facto de mais de metade (**53,6%**) dos indivíduos com 5 ou mais anos de idade ter declarado possuir habilitações superiores ao ensino primário, facto que reforça ainda mais as observações anteriormente efectuadas.

Outro facto que se pode depreender da análise do quadro 10 é a diminuição da influência das escolas muçulmanas, sendo cada vez menor a percentagem de pessoas a frequentarem o ensino corânico no bairro.

QUADRO 11 - ESTUDANTES POR PERTENÇA ÉTNICA E SEXO

		Sexo				Total	
		Masculino		Feminino		N	%
		N	%	N	%		
Etnia/Raça	Balanta	22	30,1	51	69,9	73	100,0
	Papel	164	50,6	160	49,4	324	100,0
	Fula	74	48,1	80	51,9	154	100,0
	Manjaco	152	54,3	128	45,7	280	100,0
	Mandinga	107	55,2	87	44,8	194	100,0
	Misto	252	48,4	269	51,6	521	100,0
	Mancanha	175	44,4	219	55,6	394	100,0
	Beafada	32	53,3	28	46,7	60	100,0
	Outros	53	57,6	39	42,4	92	100,0
	Estrangeiro	19	54,3	16	45,7	35	100,0
Total		1050	49,4	1077	50,6	2127	100,0

Fonte: Observatório do Bem Estar, Belém, Zonas C, D, E
Percentagens só respostas válidas

Se analisarmos a distribuição da população estudantil segundo o sexo verificamos que entre a população inquirida existe uma simetria quase perfeita entre os dois sexos.

QUADRO 12 - ESTUDANTES POR RELIGIÃO PROFESSADA E SEXO

		Sexo				Total	
		Masculino		Feminino		N	%
		N	%	N	%		
religião	Animista	88	50,6	86	49,4	174	100,0
	Cristã	677	48,2	727	51,8	1404	100,0
	Muçulmana	266	52,7	239	47,3	505	100,0
	NS/NR	1	100,0	0	,0	1	100,0
Total		1032	49,5	1052	50,5	2084	100,0

Fonte: Observatório do Bem Estar, Belém, Zonas C, D, E
Percentagens só respostas válidas

Destacam-se porém algumas etnias que não apresentam a mesma simetria. Três delas destacam-se pelo facto de a frequência da escola por indivíduos do sexo masculino ser superior à dos indivíduos do sexo feminino: são elas a etnia **Manjaco**, **Mandinga** e **Beafada**. Duas delas são etnias em que a grande maioria dos elementos declarou ser muçulmano. No sentido oposto destacam-se as etnias Mancanha e Balanta, embora o número de indivíduos de etnia balanta não seja muito significativo estatisticamente.

Para experimentar a existência de alguma relação entre a distribuição por sexo da população estudantil e a religião professada apresentamos o quadro 12. Nesse quadro pode-se verificar uma certa tendência na comunidade muçulmana para a frequência da escola ser ainda preferencialmente destinada aos homens, embora o desequilíbrio não seja tão elevado quanto se poderia esperar, quando comparada com a realidade do país.

5 – ANÁLISE DO BEM ESTAR NO BAIRRO

Antes de iniciarmos a nossa análise empírica iremos realizar uma pequena introdução ao tipo de metodologia que iremos utilizar. Não procuramos aprofundar demasiado a abordagem teórica, no sentido em que este trabalho não tem uma finalidade académica, pretendendo apenas introduzir um pouco a questão da análise dos níveis de bem estar aos potenciais leitores deste documento.

Mesmo quem desconhece a evolução da teoria económica nesta área, facilmente associa o conceito de bem estar à ideia de “satisfação”. De uma forma bem mais completa podemos definir o bem estar como a “*satisfação obtida pelo conjunto de actos de apropriação de recursos praticados por um indivíduo ou grupos de indivíduos*”⁶.

No caso da nossa população optámos por considerar um grupo, a família, e não os indivíduos, no momento da ordenação das preferências, visto que “*para um país*

⁶ PROENÇA – pág. 47

africano como a Guiné-Bissau a existência social é feita através da família na sua dupla qualidade de dependência de um mesmo orçamento e relações sociais e de reconhecimento da autoridade de um dos seus membros como chefe, sobrepondo-se as opções familiares em absoluto às dos indivíduos.”⁷

Como todos sabemos o acesso aos recursos não é ilimitado, existindo uma série de limitações que implicam a necessidade de proceder a uma escolha. Isto implica que, num determinado momento, as famílias se vêm na contingência de proceder a uma definição de preferências de acordo com os recursos disponíveis, no sentido de obterem a maximização do seu bem estar.

Obviamente, esta escolha obedece a padrões próprios de ordenação, os quais têm em conta a realidade económica, social e cultural em que cada família se insere, neste caso a realidade do Bairro de Belém.

O nosso trabalho terá como fim último uma ordenação das diversas situações alternativas ao nível do acesso a diversos recursos que nós considerámos desempenharem um papel determinante na qualidade de vida das famílias recenseadas. Essa estratificação procurará estar associada aos graus de satisfação obtidos pelas famílias, tendo em conta a escala de valores utilizada na definição das preferências, embora se reconheça que nessa estratificação se encontra presente um certo grau de subjectividade, já que encerra em si juízos de valor do próprio autor.

Num país desenvolvido, frequentemente, existe uma relação linear entre rendimento e recursos apropriados, pela que a análise do bem estar, associado regularmente aos níveis de consumo, tem muitas vezes como suporte a análise aos níveis de rendimento, considerando-se existir uma relação linear entre a utilidade de um bem e o seu valor monetário (preço).

Numa sociedade com as especificidades da Africana, em que o acesso aos recursos depende de uma teia extremamente complexa de factores, entre os quais o rendimento desempenha um lugar de destaque, mas insuficiente para definir por si só os recursos a que uma família tem acesso, já que na realidade a procura *não depende só do rendimento mas também da posição de poder sobre os recursos.*⁸

Por outro lado, inversamente ao que sucede numa sociedade ocidental, o rendimento não se encontra, em grande parte das situações, associado a um salário, ou outra forma de rendimento perfeitamente quantificável. De facto, com a predominância do sector informal, da agricultura de subsistência e com o papel desempenhado pela solidariedade familiar, torna-se extremamente complexo quantificar o rendimento de cada indivíduo.

⁷ PROENÇA – pág 49

⁸ PROENÇA

Reconhecendo as dificuldades em concretizar numa proposta de valorização o acesso a uma série de recursos não quantificáveis, dada a sua valorização estar iminentemente associada a uma componente simbólica, iremos mesmo assim proceder à escolha de algumas variáveis cuja capacidade de acesso, no nosso entender, traduz o nível de bem estar de cada família no contexto do bairro.

Tendo em conta os recursos disponíveis, e partindo do princípio que os mesmos possibilitam no contexto do bairro, numa área geográfica que apresenta uma dimensão relativamente reduzida, ter uma imagem aproximada da realidade ao nível do acesso aos recursos por parte das diferentes famílias do bairro, iremos optar por uma metodologia centrada na utilização de três componentes: a **alimentação**, a **habitação** e o **acesso aos recursos básicos**.

A justificação para esta escolha centra-se no facto de, num cenário marcado pela pobreza, os diferentes níveis de acesso aos recursos, estarem extremamente associados às necessidades directamente relacionadas com a sobrevivência.

A **alimentação**, que se baseará no **consumo de arroz**, como veremos mais adiante, porque é obviamente um dos aspectos determinantes nas estratégias de sobrevivência da família, bastando para tal referir que a possibilidade de formar família se encontra directamente dependente da capacidade de fornecer alimentos que assegurem a sua subsistência, desempenhando a arroz um papel central neste processo.

A **habitação** porque além de se incluir na categoria das necessidades primárias, desempenha também o papel de representação exterior do bem estar da família, Ainda para mais no cenário de um bairro periférico, em que a qualidade das habitações não é um dado adquirido, dependendo da capacidade da família em aceder a uma série de recursos, que dependerá imenso da sua capacidade em garantir rendimentos.

O **Acesso aos Serviços Básicos** porque contendo componentes associadas à satisfação de necessidades básicas (acesso à água, saneamento, modo de iluminação e combustível usado para cozinhar) que ocupam na escala de valorização das famílias guineenses um papel de destaque, têm como base variáveis que dependem do nível de acesso a recursos fornecidos por entidades exteriores à família, como seja o Estado ou outras entidades da sociedade civil. De alguma forma, é uma componente que completa o **triângulo de sobrevivência** das famílias do bairro de Belém.



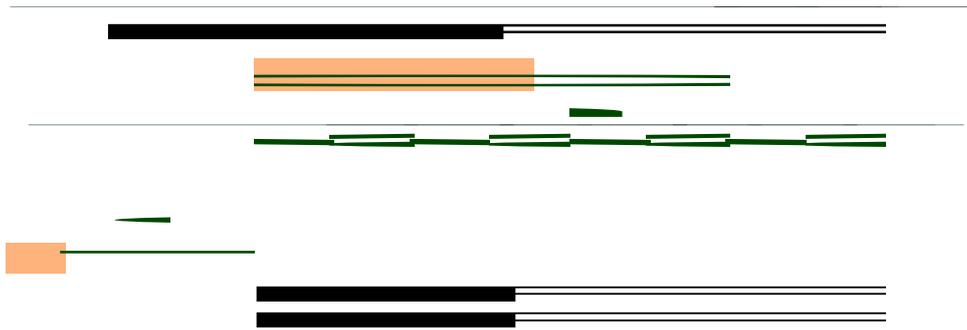
Figura 1 – Triângulo de Sobrevivência

5.1 - A Habitação

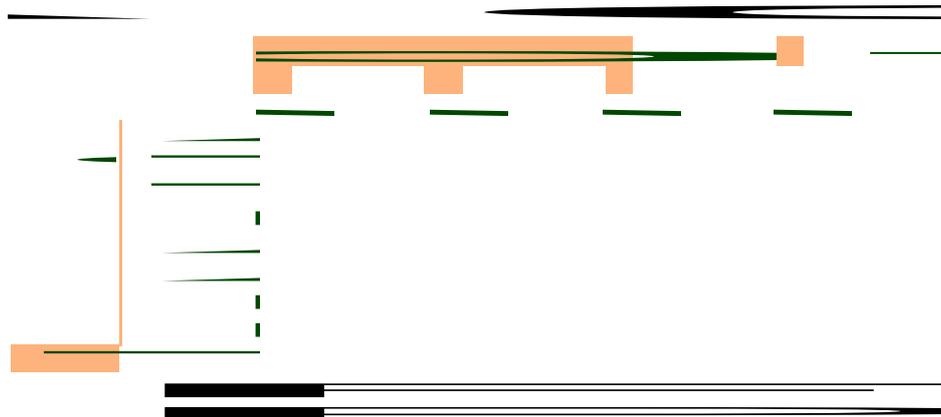
Considerando a habitação um elemento central na qualidade de vida das pessoas iremos numa primeira fase analisar os o **nº de quartos** e os **materiais de construção da habitação**.

Em relação ao número de quartos da habitação, **26,3%** das residências inquiridas declarou que a sua residência possuía apenas **1** quarto, **37,9%** **2**, e **16,9%** **3**. Apenas **9,9%** das residências inquiridas apresentou 4 ou mais quartos.

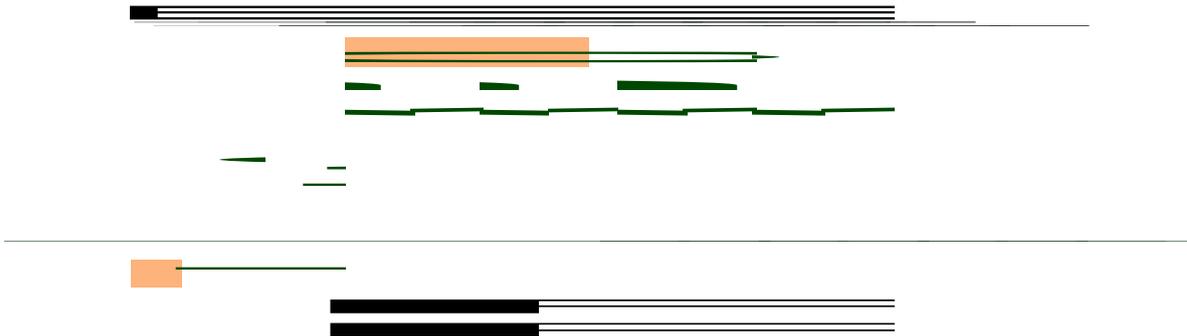
Este dados dão-nos uma indicação bastante limitada, pois o que se pode inferir do número de quartos de uma residência encontra-se extremamente dependente do número de pessoas que usufruem desse espaço.



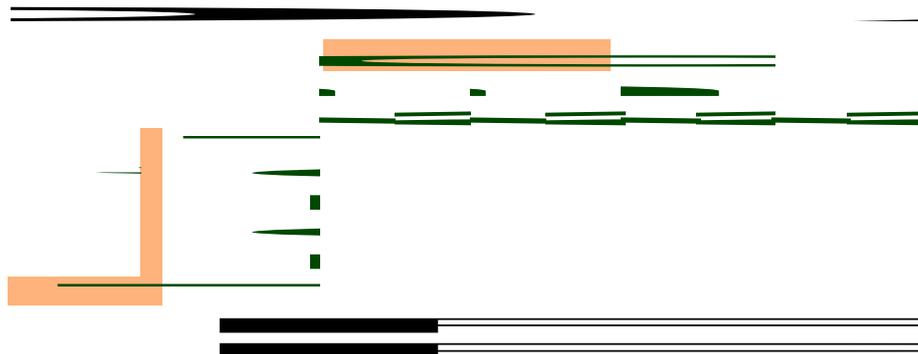
Para contornar essa limitação, optamos pela análise de uma variável composta – o **número de pessoas por quarto**, obtendo os seguintes resultados: em média residem **3,57** pessoas por quarto, em apenas **16,9%** das residências o quarto é partilhado por menos de 2 indivíduos, enquanto que a maior percentagem de pessoas (**45%**) vê o seu quarto se ocupado por entre **2, 3 ou 4 pessoas**. Numa situação mais desfavorável encontram-se **38%** das famílias, para as quais os quartos da sua residência são partilhados por **mais de 4 pessoas**.



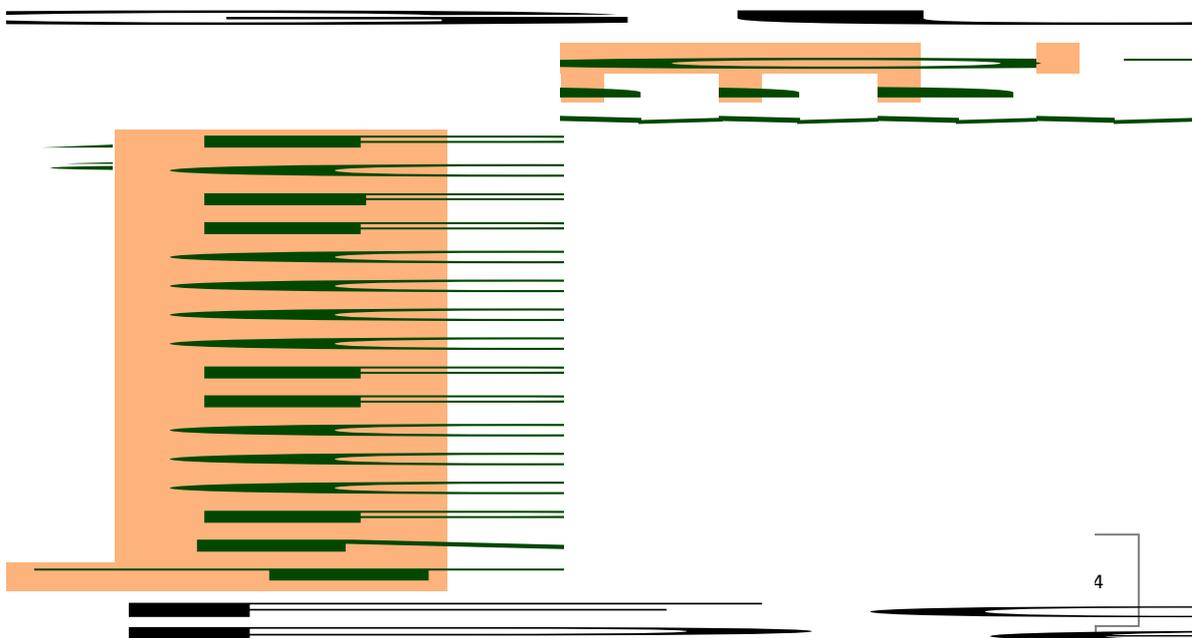
Em relação aos materiais de construção das paredes a maioria das famílias opta pela utilização do **Adobe (68,5%)**, provavelmente por, ao seu nível de custo, ser aquela que apresenta uma maior compatibilização com o clima, e uma maior facilidade em termos de acesso. Temos ainda uma combinação desse material com Bloco ou Tijolo (**14,3% e 0,9%** respectivamente). O segundo material nas preferências dos habitantes do bairro são os **Blocos (8,1%)**, seguido pela **Taipa (5,8%)**. O **Tijolo** apresenta um nível de utilização residual (**0,6%**).



Analisando os materiais utilizados na cobertura das habitações é esmagadora a utilização do **zinco (91,2%)**, o que demonstra a preferência dos indivíduos pelo zinco em relação ao material tradicional (**palha – 4,2%**) devido aos problemas que esta levanta em termos de incêndios e de custos associados à necessidade de uma maior substituição. O recurso à **telha** é quase residual (**2,7%**), valor que poderá estar associado ao seu baixo custo, mas também relacionado com o facto de este ser um material tradicionalmente pouco utilizado na Guiné-Bissau.



O **cimento** é claramente o material preferido pelos residentes do bairro para o seu



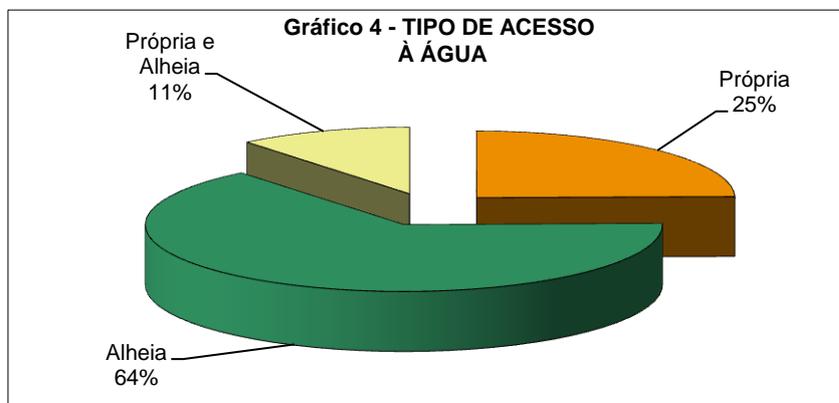
soalho (**78,4%**). A resposta de **misto** (**3,4%**) corresponde aos residentes que se encontram numa fase de transição da terra batida para o cimento. O **mosaico** (4,6%) está provavelmente associado a um nível de vida superior, enquanto que a **terra batida** encontra-se provavelmente relacionada com o nível oposto.

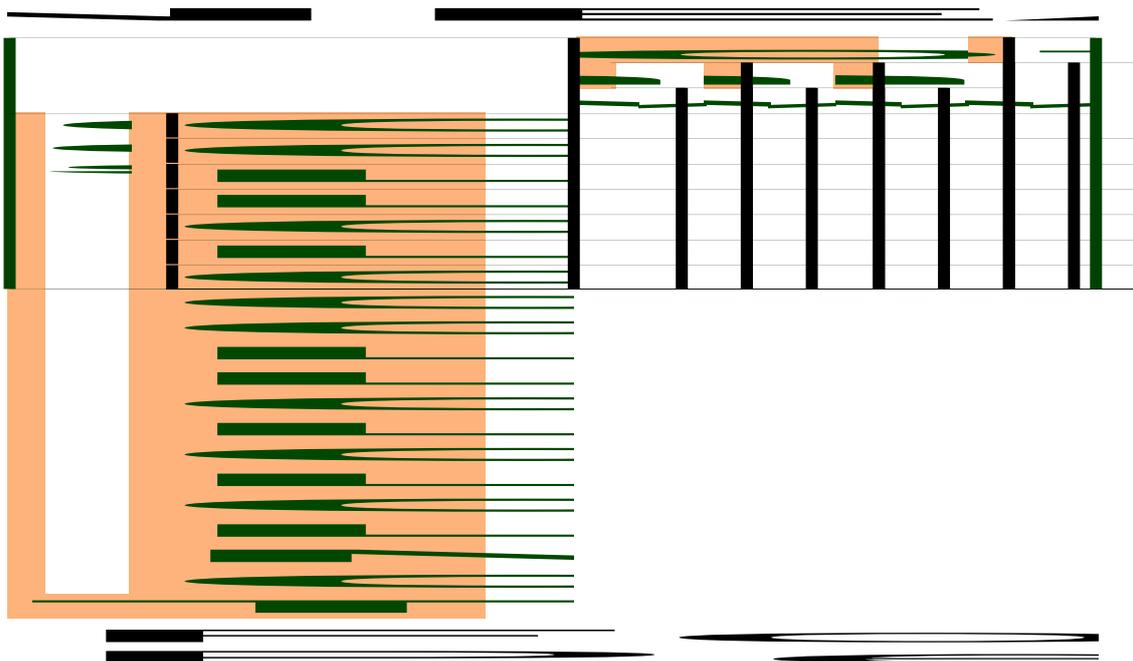
5.2 - Acesso aos serviços básicos no bairro

Outro dado importante quando analisamos o nível de bem estar da vida de cada família é o acesso que as estas têm em relação aos diversos serviços.

No que se refere ao acesso das famílias à água, o dado mais relevante é o facto de **64,2%** famílias apenas terem de recorrer a **água alheia**, das quais **81,5%** recorrem a um **fontanário público**. Destes 81,5%, **66,6%** utilizam o fontanário público como origem exclusiva.

O recurso à fonte ou poço é apontado por **39,2%** das famílias como uma das origens da água que utilizam, sendo que **19,6%** acedem a esse recurso através de um terceiro e **19,3%** possuem fonte ou poço próprio. Dois deles apesar de possuírem um poço ou fonte próprio recorrem também a poços ou fontes de terceiros.



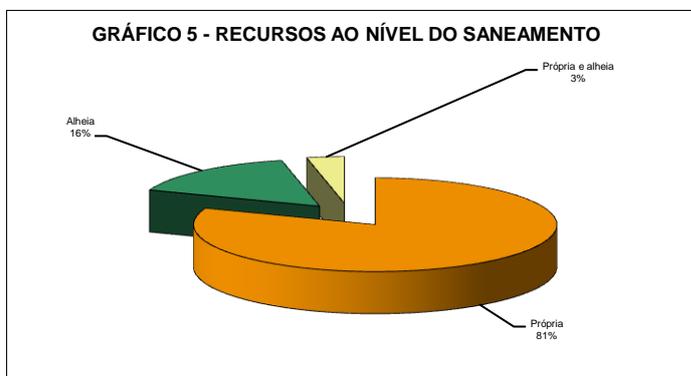


O número de famílias com acesso a **água canalizada própria** é de apenas **114**, enquanto que o número de famílias que respondeu recorrer à **água canalizada própria** sem mencionar a utilização de outro recurso foi apenas de **88**.

Foi de **75** o número de famílias que respondeu recorrer a **água canalizada alheia**.

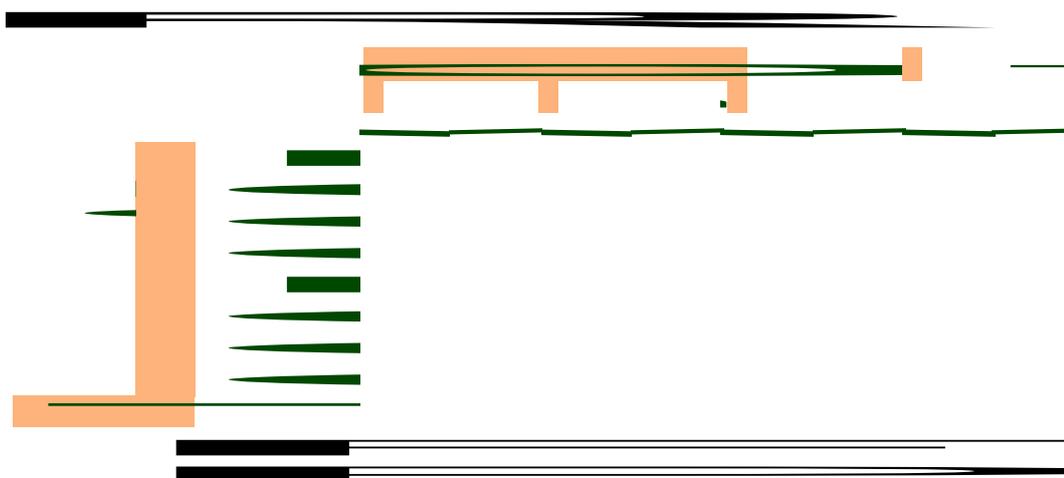
Apesar de não se poder afirmar que as condições de saneamento são boas, podemos afirmar que em média estas apresentam um nível superior às encontradas em outros bairros periféricos da capital guineense.

Para esta afirmação muito contribuiu o facto de **81%** das famílias recenseadas ter declarado possuir saneamento na sua **própria** habitação, sendo que **3%**, apesar de utilizar por vezes instalações exteriores, possui simultaneamente instalações próprias.



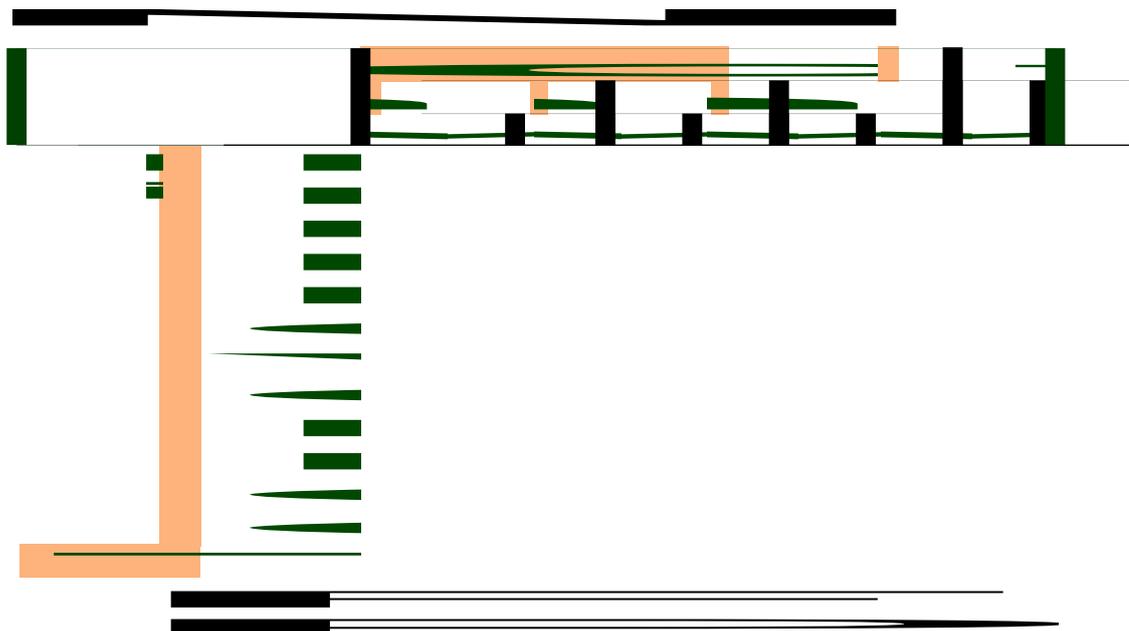
Outro dado importante é o facto de **28,6%** ter declarado possuir **casa de banho própria**, **10,28% latrina melhorada própria** e **43,82% latrina própria**. Aquele que é considerado o recurso mais rudimentar, o **cerco**, é o recurso de **25,6%** das famílias recenseadas, constituindo recurso exclusivo apenas para **21,8%**. O **cerco alheio**, claramente a situação mais precária, apenas é recurso de **3,1%**, das famílias inquiridas.

Em relação aos combustíveis utilizados para cozinhar predominam absolutamente os



materiais de origem vegetal, com predominância para o **carvão (72%)**, apresentando os restantes valores residuais. Podemos realçar ainda a utilização da **lenha** e do **gás**, embora quase sempre como complemento ao uso do carvão. No caso da lenha, um combustível ainda mais económico, enquanto o gás é um recurso normalmente apenas ao alcance de famílias com maiores rendimentos, já que implica a existência de um fogão a gás.

O facto de apenas **2%** das famílias inquiridas declarar socorrer-se apenas da **electricidade** como fonte de energia utilizada para a iluminação é bem demonstrador das debilidades ao nível do fornecimento energético em Bissau, acentuadas ainda mais com o recente conflito militar. Na prática, a maioria das famílias afirma complementar o recurso à **electricidade** com o uso da **vela (58,8%)**, enquanto que **29,9%** refere mesmo a vela como fonte **exclusiva** de iluminação.



6 - INDICADOR COMPOSTO DE BEM ESTAR

Depois de analisadas as condições de vida da população do bairro associadas à habitação e ao acesso a determinados serviços básicos, iremos partir para a construção de um índice composto de bem estar, o mais abrangente possível dentro das possibilidades abertas pelo nosso instrumento de observação da realidade – o inquérito aos agregados familiares.

Com base na pequena descrição da nossa metodologia de análise do bem estar no bairro procederemos à estratificação recorrendo à utilização de três escalões. Ao tomar a decisão em relação à valorização de cada recurso, e ao seu respectivo posicionamento nesta escala de valores tivemos em conta um critério económico, um critério estatístico associado às distribuições estatísticas, procurando também introduzir uma componente sócio-cultural, associado ao peso que o recurso assume na escala de preferências das famílias do bairro de Belém, de acordo com a sua valorização simbólica.

Iremos partir do princípio que os habitantes de um bairro periférico são na sua grande maioria indivíduos pertencentes a um dos grupos pobres da sociedade guineense. Neste sentido, as denominações que iremos utilizar para classificar os três estratos serão: **mais pobres**, para aqueles que se encontram no patamar mais baixo da estratificação; **pobres**,

para o escalão intermédio e **menos pobres** para os que se situam na parte superior da distribuição.

De qualquer forma é importante referir que tanto o indicador final como os indicadores intermédios que iremos desenvolver são apenas indicadores relativos. Na realidade recorrendo à utilização destes critérios, e mesmo recorrendo às denominações referenciadas, não temos a pretensão de classificar as pessoas as pessoas ou famílias, mas sim permitir a sua ordenação. Na realidade, não pretendemos com esta classificação afirmar que no Bairro de Belém existem xx pobres, ou xx mais pobres, pretendemos sim procurar uma ordenação que nos permita analisar, no contexto do bairro, quais são as relações que podem existir entre determinadas variáveis (ex: religião, etnia, actividade do chefe de família) e o bem estar da família.

É importante expressar o facto de existir a noção que a ordenação proposta e os critérios utilizados são apenas uma forma metodológica de proceder a uma análise da *vida dos habitantes de um bairro*. Obviamente, não é a única, e provavelmente poderão existir outras melhores, limitando-se esta a ser um contributo no sentido de se conhecer melhor o bairro de Belém.

Neste sentido é necessário que exista muita atenção quando se extrapolam estes valores para algo externo a este relatório, já que obviamente a construção deste índice envolveu invariavelmente o recurso a juízos de valor, aplicados a um contexto específico.

Assim, convém reforçar a ideia de que estes índices não podem ser comparados com dados exteriores a este bairro, já que a sua metodologia se baseou apenas nos dados do bairro, e os padrões estabelecidos tiveram sempre como base a distribuição das variáveis no bairro, bem como as valorizações subjacentes à vida neste cenário.

O primeiro passo passa pela criação de **três indicadores intermédios**: um associado à **alimentação**, outro associado à **habitação** e um último associado às condições de acesso aos **serviços**.

Indicador Intermédio - Alimentação

Se desejássemos construir um indicador sobre a alimentação dos italianos obviamente que a sugestão recairia sobre a quantidade de massa por estes consumida. No caso da Guiné Bissau a escolha também é óbvia, recaindo sobre um elemento que, independentemente da origem geográfica, étnica ou religiosa, é central na alimentação de qualquer guineense - o **arroz**. Contendo simultaneamente um significado sócio-cultural muito vincado, a variação do consumo de arroz pelas famílias guineenses pode ser interpretada como uma variação do acesso aos recursos por parte dessas famílias, e assim sendo do seu nível de vida.

Um dos dados recolhidos no censo é exactamente a quantidade de arroz consumida mensalmente por cada família, constituindo desta forma um indicador simples e facilmente quantificável.

Dados relativos a 1983, estimados por responsáveis do SEPCI, apontam para uma média de 0,378 gramas/dia/pessoa numa família de 4-6 unidade de consumo, o que equivale a 11,340 kg/mês pessoa.

No Bairro de Belém, quando calculamos a média mensal de consumo per capita de arroz obtivemos um valor relativamente inferior (**9,2088 kg**). *A priori* esse valor poderia revelar uma diminuição do bem estar dos habitantes do bairro, mas a nossa interpretação tende mais para considerar que o facto de esse valor ser inferior ao valor acima mencionado se deve a uma alteração nos padrões do consumo, que faz com que ao verificar-se um aumento de rendimento as famílias tenham tendência, em algumas refeições, a substituir o arroz por outros alimentos.

Este facto reforça assim a nossa ideia de não limitarmos a nossa análise dos níveis de bem estar a uma análise linear da alimentação, levando-nos a considerar também elementos associados à habitação e ao acesso aos serviços.

Retomando a análise do consumo do arroz, optamos por não utilizar directamente a média, optando antes por considerar um intervalo de **20%** antes e depois da média mensal por pessoa. Desta forma obtivemos os seguintes escalões: o escalão dos **mais pobres** (ou **abaixo da média**) para aqueles que consomem menos de **7,3604 kg/mês**, o escalão dos **pobres** (ou na **média**) para aqueles que consomem entre **7,3604 e 11,05056 kg/mês** e o escalão dos **menos pobres** (ou **acima da média**) para aqueles que consomem mais de **11,05056 Kg/mês**.

Após realizar essa hierarquização, e, com o intuito de inserir a componente dimensão familiar no índice, optámos por ponderar a distribuição com o número de membros por família obtendo o seguinte resultado:



Indicador Intermédio - Habitação

Em relação à habitação vamos considerar 4 variáveis pertinentes para a construção do índice intermédio.

A primeira encontra-se associada ao número de pessoas que numa habitação dividem o mesmo quarto. Utilizando os três níveis hierárquicos que temos vindo a utilizar, iremos adoptar a divisão utilizada no quadro 13, considerando que na fatia mais alta da escala de bem estar se encontram aquelas famílias cujos quartos não são partilhados. O nível intermédio será constituído pelas residências em que cada quarto alberga 2 ou 3 pessoas, e no nível mais baixo iremos incluir as famílias com 4 ou mais elementos por quarto.

A segunda componente relaciona-se com o material utilizado para a construção das paredes. Como a maioria das famílias recorre ao **adobe**, tanto por uma questão económica como uma questão associada à tradição, consideramos que o recurso ao adobe corresponde ao **escalão intermédio**. Consideraremos que aqueles que recorrem ao uso da **taipa** (material mais rudimentar e mais económico) como pertencendo ao escalão mais baixo, e aqueles que utilizam o **tijolo** ou o **bloco** como pertencendo ao escalão mais alto. Nas situações em que as famílias recorrem à utilização de adobe com o recurso a um outro elemento consideraremos que pertencem ao escalão referente ao segundo elemento. Desta forma obtemos a seguinte distribuição: **68,5%** pertence ao escalão intermédio, **23,6%** pertence ao escalão mais alto e **7,9%** ao escalão mais baixo.

O **zinco** é claramente o elemento dominador da paisagem no que respeita à cobertura das habitações pelo que consideraremos que tal corresponde ao nível intermédio. As únicas assimetrias dizem respeito aqueles que ainda utilizam a **palha** (nível mais baixo) e os que recorrem ao uso da **telha** (nível mais alto). O resultado foi a seguinte distribuição: **93,1%** pertencendo ao escalão intermédio, **2,7%** ao escalão mais alto e **4,2%** ao mais baixo.

Também no que se refere ao material do soalho existe uma clara tendência para a utilização preferencial do cimento, o que nos levou a considerar esse como o nível intermédio (**78,4%**). No nível superior considerámos material que *à priori* tem um valor comercial mais elevado, o mosaico, associado ou não ao cimento (**6,3%**), enquanto que no nível mais baixo colocamos as famílias que referiram possuir o soalho em terra batida ou misto (terra batida e cimento) (**15,4%**).

Dada as distribuições obtidas iremos utilizar a seguinte metodologia para a construção deste primeiro nível intermédio. Importante referir que estando perante um nível intermédio, qualquer decisão actual não terá uma repercussão vinculativa na classificação final dessa família, visto que o indicador será ainda ponderado com outros valores.

Assim, iremos considerar a componente associada com o número de elementos no quarto como componente principal do índice intermédio, recorrendo às restantes

componentes como elementos de ajuste do indicador, utilizando para tal as situações extremas.

O resultado prático é o conjunto das seguintes combinações, isto é, as situações extremas dos componentes 2, 3 ou 4 são determinantes, desde que o valor de uma das restantes componentes determinantes não apresente o sinal oposto.

No caso da variável 2 como a distribuição não se encontra tão concentrada na classe central, iremos também considerar, para efeitos de ajustamento, os valores da componente 1.

O quadro que se segue descreve esse leque de combinações:

1	2	3	4	Ind. Habi
2 ou 3	3	2 ou 3	2 ou 3	3
1 ou 2	1	1 ou 2	1 ou 2	1
*	2 ou 3	3	2 ou 3	3
*	1 ou 2	1	1 ou 2	1
*	2 ou 3	2 ou 3	3	3
*	1 ou 2	1 ou 2	1	1

Os casos não contemplados neste quadro terão como elemento determinante a componente associada ao **número de membros por quarto**.

Após realizarmos essas combinações, e utilizando o mesmo sistema de ponderação, obtivemos o seguinte resultado:

QUADRO 12 - ÍNDICE INTERMÉDIO (HABITAÇÃO) POR ZONAS

		Zona do bairro						Total	
		zona C		zona D		zona E		N	CoI %
		N	CoI %	N	CoI %	N	CoI %		
Habitação	Menos Pobres	235	13,9%	367	16,2%	143	13,6%	745	14,8%
	Pobres	590	34,8%	884	38,9%	275	26,1%	1749	34,9%
	Mais Pobres	868	51,3%	1021	44,9%	635	60,3%	2524	50,3%
Total		1693	100,0%	2272	100,0%	1053	100,0%	5018	100,0%

Indicador Intermédio - Acesso aos serviços

No que respeita ao indicador intermédio associado ao **acesso aos serviços** iremos considerar quatro componentes.

O primeiro encontra-se associado ao **acesso à água**, elemento central no bem estar de qualquer família. Como elemento determinante na construção dos escalões iremos considerar a posse ou não de **água própria**. Assim, no caso da família não recorrer recursos alheios para aceder à água pertencerá ao nível mais alto. O mesmo acontecerá a todos os que, mesmo recorrendo por vezes a recursos alheios, possuem em casa **água canalizada**.

No nível intermédio iremos incluir as famílias que recorrem a um **fontanário público** e/ou **água canalizada alheia**, e a um **poço/ fonte própria** simultaneamente com um **fontanário público**

Para o nível mais baixo ficam as famílias que se vêm obrigadas a recorrer a um **poço/fonte alheia**.

Com esta metodologia obtivemos a seguinte hierarquização: **15,3%** situa-se no escalão mais baixo, **57,6%** no intermédio e **15,3%** no escalão mais alto da hierarquia.

Em relação às **condições de saneamento** iremos considerar como pertencendo ao escalão mais elevado aqueles que possuem **casa de banho própria** ou **latrina melhorada própria** sem recorrerem a equipamentos externos à sua habitação. Nesta situação encontram-se **35,9%** das famílias inquiridas.

No nível inferior inserimos todas as famílias que se vêm na obrigação de recorrerem a equipamentos que se encontram no exterior da sua habitação. Neste extremo encontram-se **19,3%** das famílias.

No escalão intermédio encontram-se aqueles que não se encontrando nas situações atrás descritas recorrem à utilização de **latrina** ou **cercos**, ambas no interior das suas habitações.

No que se refere à energia utilizada para cozinhar considerámos como pertencendo ao nível intermédio as pessoas que utilizam **carvão** exclusivamente para cozinhar (**72,7%**). No nível superior os que têm a possibilidade de recorrer à utilização de **gás** (**13,6%**) e no nível inferior aqueles que têm de se socorrer da utilização da **lenha** (**13,7%**).

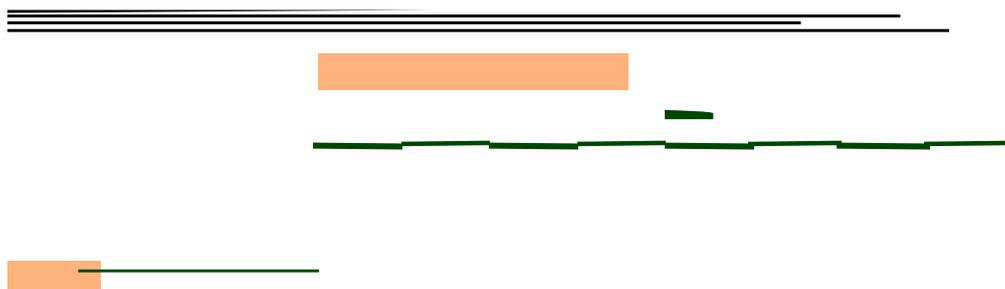
Em relação ao modo de iluminação iremos realizar a seguinte estratificação: Consideraremos as famílias que recorrem apenas à utilização da **vela** como pertencendo ao escalão mais baixo o mesmo acontecendo para aqueles que partilham a utilização da **vela com o petróleo, gásóleo com vela e gás com vela** (**35,3%**).

No nível intermédio colocaremos aqueles que dividem o recurso à **vela** com o recurso à **electricidade**, ou que usam isoladamente o **petróleo**, o **gasóleo** ou o **gás (60,9%)**.

No nível mais elevado colocamos aqueles que têm acesso a **electricidade**, sem necessidade de aceder a outro recurso, ou que quando recorrem a outro recurso utilizam o **petróleo** ou o **gasóleo**. Incluímos ainda neste escalão aqueles que recorrem à utilização de **energia solar**. Desta forma, no escalão mais elevado encontraremos apenas **3,8%** da população.

Como considerámos que não existem desproporcionalidades muito acentuadas no que toca às diferentes distribuições, e dado que todos estes serviços assumem uma importância relativa semelhante no nível de bem estar das famílias, optámos por pela utilização de uma média aritmética simples destas quatro distribuições para a construção do indicador intermédio.

O resultado dessa hierarquização, com o sistema de ponderação habitual é o seguinte:



7 - ANÁLISE DOS INDICADORES INTERMÉDIOS

O primeiro ponto digno de referência é o facto de ao realizarmos a ponderação termos deparado com um aumento do peso percentual da classe dos mais pobres, o demonstrando a relação inversa existente entre o número de membros por família e o nível de bem estar.

Um facto que se destaca é uma certa diferença na distribuição obtida para os diferentes indicadores. À *priori* tal resultado poderia demonstrar um certo desfasamento entre os indicadores e a realidade, já que imaginámos que sendo três formas de avaliar a situação ao nível do bem estar a sua distribuição devesse ser semelhante.

Na realidade, tal não é assim, já que apesar de qualquer um dos indicadores ser um “medidor” do bem estar, servem para medir recursos que detêm uma valorização diferente na escala de bem estar dos indivíduos e cujo facilidade de acesso é bastante diferente.

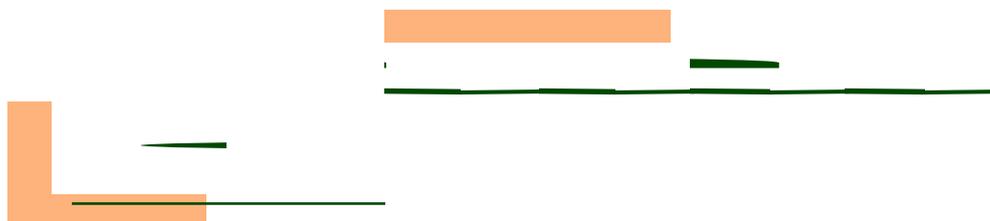
Pode-se assim, tentar compreender o facto do indicador associado ao acesso aos serviços ser aquele cuja distribuição se encontra menos desequilibrada, associando ao facto de dos três ser aqueles que depende mais de um factor que é externo ao rendimento das famílias, quer seja através da acção do estado, das ONG, ou mesmo de outras instituições, gerando a uma distribuição menos desigual dos recursos.

Apesar de o índice associado ao consumo de arroz apresentar igualmente uma predominância no grupo intermédio, a sua concentração é menor. Mesmo assim esse facto pode ainda ser associado ao facto de esta ser uma necessidade prioritária, o que faz com que as famílias canalizem os seus rendimentos prioritariamente para a sua satisfação. Assim, é natural que a percentagem de rendimento de uma família mais pobre seja muito superior à percentagem de rendimento despendida por uma família menos pobre, justificando que as diferenças entre o consumo de arroz, não sejam um espelho fiel das diferenças de rendimento. Por outro lado, existe o efeito de substituição que já tivemos oportunidade de referenciar, associado ao facto das famílias com o aumento do rendimento terem tendência para substituir o consumo de arroz por o de outros alimentos, o que contribui para diminuir ainda mais as desigualdades existentes neste indicador.

Talvez por estas razões o indicador associado à habitação seja aquele cuja distribuição apresenta uma maior desigualdade. Por um lado, porque está extremamente dependente do rendimento das famílias, não dependendo tanto de factores externos a esta, por outro lado, constituindo uma necessidade que ocupa um lugar inferior ao da alimentação na hierarquia das famílias é natural que as discrepâncias de rendimento sejam mais evidentes.

Outro facto relevante neste indicador tem a ver com o facto do nível de concentração maior se dar no escalão dos mais pobres.

A obtenção do **Indicador Composto** será realizada através do recurso a uma média aritmética dos três indicadores intermédios.



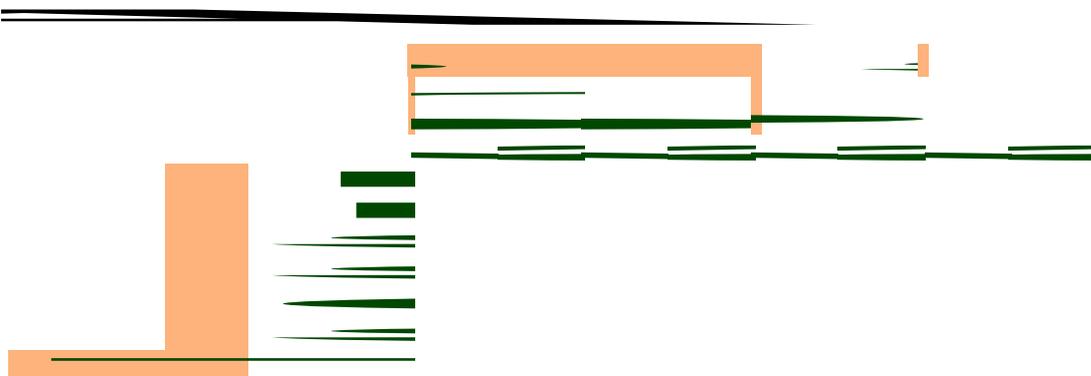
O primeiro quadro (Quadro I4.1) realiza a hierarquização das famílias atendendo ao seu nível de bem estar sem contemplar a componente dimensão das famílias, isto é, todas as famílias apresentam o mesmo peso na distribuição.

Neste caso é observável uma tendência para uma maior concentração nos dois escalões mais baixos, apenas **11,2%** das famílias se concentrando no escalão dos **menos pobres**. Denota-se também uma ligeira predominância do nível intermédio em relação ao nível dos **mais pobres**.



Analisando o **Quadro I4.2**, no qual a dimensão das famílias já é considerada, deparámos com algumas modificações na distribuição dos estratos. O facto mais evidente é uma subida da percentagem das famílias **mais pobres**, demonstrando claramente a existência de uma relação entre a dimensão das famílias e o nível de bem estar⁹. Esse aumento realiza-se em detrimento da classe intermédia (passa de **46,5%** para **42,2%**) e da classe superior (passa de **11,2%** para **8,4%**).

Da análise deste quadro deduz-se a existência de uma ligeira diferença nos níveis de bem estar das três zonas, particularmente entre a **zona E** e as restantes zonas. Não só a percentagem de indivíduos pertencente ao escalão mais baixo é superior, como a percentagem de indivíduos que pertencem ao escalão mais alto é inferior. Pode-se



⁹ Isto porque não estamos a considerar no nosso indicador a dimensão da família como uma das dimensões da riqueza, que, como sabemos, é na sociedade guineense em geral, e em particular em algumas etnias, sinónimo de riqueza.

assinalar depois uma pequena diferença que beneficia a **zona C**, em relação à **zona D**, mas não em termos significativos.

O quadro I5 é demonstrativo da relação existente entre **habilitações literárias** (neste caso as do chefe de família) e o nível de vida da família.

Claramente se verifica que com o aumento do nível de habilitações se assiste a um aumento do número de indivíduos que pertencem ao grupo dos **menos pobres**, enquanto que no grupo dos **mais pobres** acontece exactamente o oposto.

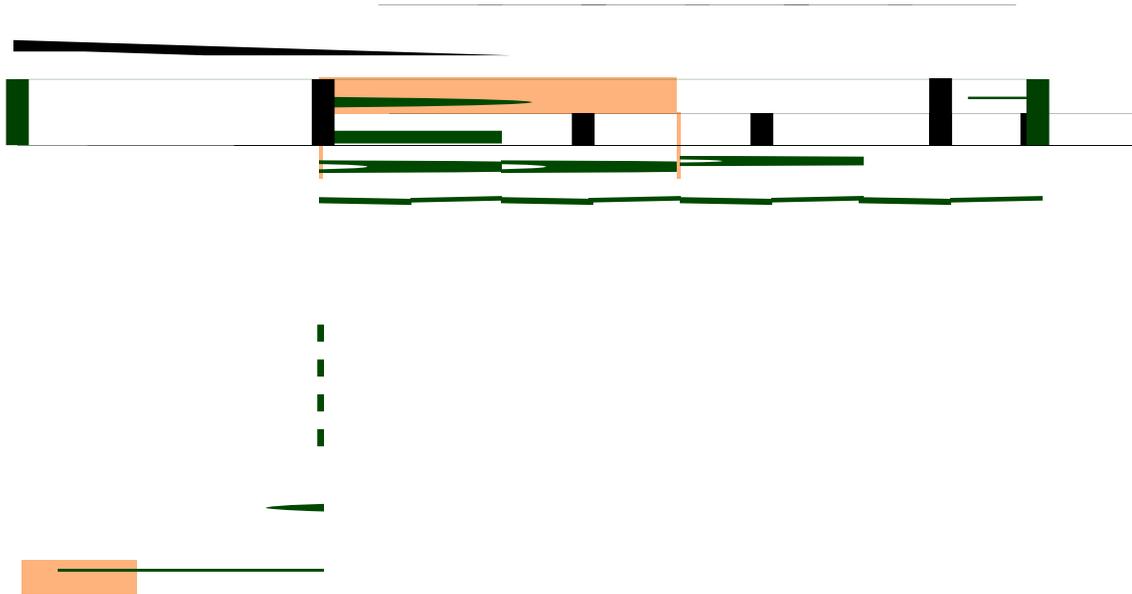
Um facto que se pode referir, embora seja difícil testar o valor deste dado para uma amostra tão pouco significativa é a tendência para os indivíduos que frequentaram a escola corânica apresentarem uma concentração no nível intermédio que é superior ao conjunto da amostra.



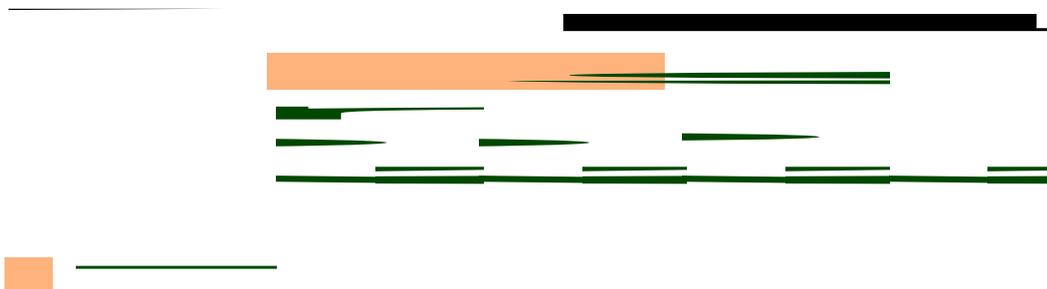
Este facto pode-se encontrar associado com uma certa tendência para a concentração da população muçulmana no nível intermédio, como se pode verificar no quadro I6. Ainda no quadro I6, destaca-se essencialmente o facto de haver uma desigualdade entre as famílias cujo chefe de família professa a religião animista e as restantes religiões, com uma clara desvantagem para a primeira. Entre as outras duas existe um certo equilíbrio, embora exista uma ligeira vantagem para aqueles que professam o cristianismo ao nível do grupo dos **menos pobres**.

Em relação à distribuição étnica (Quadro I6) o facto de maior relevância é o de as famílias cujo chefe pertence a uma etnia **estrangeira**, ou que quando questionados sobre a pertença étnica responderam **mista**, apresentam níveis de bem estar extremamente superiores às das restantes etnias.

É também evidente que os indivíduos de etnia **mancanhas** são aqueles cujo nível de bem estar é mais reduzido, o mesmo acontecendo com os indivíduos de etnia **manjaco** e **beafada**. Os indivíduos de etnia **mandinga** e de etnia **beafada** apresentam uma maior tendência para uma concentração no nível intermédio.



Utilizando esta hierarquização dos níveis de bem estar depara-se com o facto do sexo do chefe de família não ser um factor determinante ao nível do bem estar desfrutado pela família, já que as distribuições são extremamente equivalentes para os dois sexos, como se pode comprovar no quadro I7.



8 – ANÁLISE DA ESTRUTURA ECONÓMICA DO BAIRRO

Passemos agora para a análise de um dos pontos centrais para a compreensão da estrutura de funcionamento do bairro – a estrutura da actividade económica do bairro.

	Hom.	Mul.	Total
Agricultura	22	17	39
Agricultor	17	12	29
Técnico Agrícola	5	2	7
Horticultura	0	3	3
Pesca	5	1	6
Pescador	5	0	5
Técnico de Pesca	0	1	1
Indústria	73	2	75
Ferreiro	5	0	5
Artesão	0	2	2
Bate Chapa	1	0	1
Mecânico	49	0	49
Técnico de Frio	6	0	6
Tecedor	5	0	5
Estufador	5	0	5
Soldador	2	0	2
Alimentação	7	5	12
Padeiro	2	0	2
Cozinheiro	5	5	10
Vestuário	16	19	35
Costureira	0	19	19
Alfaiate	12	0	12
Sapateiro	4	0	4
Transportes	114	1	115

Comunicações			
Motorista/Condutor	81	0	81
Jornalista	5	1	6
Técnico de Comunicações	3	0	3
Estivador	4	0	4
Marinheiro	21	0	21
Comércio	156	250	406
Comerciante	132	17	149
Armazenista	2	0	2
Vendedor	22	4	26
Badeira	0	229	229
Construção Civil	150	0	150
Carpinteiro	46	0	46
Pedreiro	58	0	58
Electricista	13	0	13
Serralheiro	12	0	12
Canalizador	9	0	9
Técnico de Construção	2	0	2
Pintor	10	0	10
Saúde	7	14	21
Médico	0	2	2
Enfermeiro	7	12	19
Educação	38	31	69
Professor	38	27	65
Educador Infantil	0	4	4



	Hom.	Mul.	Total
Serviços	87	41	128
Informático	5	0	5
Mouro	6	0	6
Cabeleireira	0	1	1
Guarda	10	0	10
Lavadeira	0	3	3
Garçon	1	0	1
Empregada Doméstica	0	12	12
Jardineira	0	1	1
Pastor	1	0	1
Contabilista	9	0	9
Animador Rural	1	3	4
Caixa	2	1	3
Telefonista	0	1	1
Funcionário Privado	51	16	67
Empregado Bancário	1	3	4
Serviços associados ao lazer	14	2	16
Jogador	5	1	6

Artista	4	1	5
Técnico Desportivo	2	0	2
Disc Jokey	3	0	3
Administração e Outros	168	78	246
Funcionário Público	116	45	161
Polícia/Militar	22	1	23
Secretária	0	8	8
Servente	3	12	15
Técnico Superior	27	12	39
Doméstica	0	391	391
Estudante	1050	1077	2127
Emigrante	6	0	6
Empresário	14	1	15
Sem Ocupação/Profissão	233	290	523
Total	2160	2220	4380

Quadro 21 – Actividades Económicas no Bairro de Belém ao momento do recenseamento

Um dos pontos que desperta automaticamente a atenção quando se observa a estrutura ocupacional do bairro é a elevada percentagem de estudantes (**48,6%**), facto que se encontra associado à estrutura etária do bairro, mas que demonstra também uma enorme envolvimento dos habitantes do bairro nas actividades escolares.

Outro dado que é importante analisar é o número de indivíduos que não declararam desenvolver qualquer tipo de actividade, dado as consequências que este indicador pode ter no tecido social do bairro.

Se a percentagem for calculada para o total da amostra aproxima-se dos **11,94%**. Esse valor aumenta substancialmente quando ao total da amostra é subtraído o número de **estudantes** (que representam **48,56%** da população) e o número de **emigrantes** (apenas **0,14%** da população recenseada), passando a apresentar o valor de **23,28%**, valores estes que nos dão outra dimensão do problema da população sem ocupação.

A estes valores poderiam ainda ser retiradas as **391** pessoas (**8,93%** do total se considerarmos os estudantes e os emigrantes e **17,4%** sem esses grupos) que declararam ser domésticas, o que faria aumentar essa percentagem para **28,18%**.

No nosso caso, procurando analisar a actividade económica através de uma aproximação ao conceito de *população activa*, iremos considerar o total tomando a profissão **doméstica** como qualquer outra profissão, dado o papel que as domésticas desempenham na economia da família guineense, inúmeras vezes funcionando as actividades paralelas que estas desempenham para além daquela que é declarada como elemento de sobrevivência do conjunto do agregado. Se não considerássemos esses **17,4%** como população activa, estaríamos a ignorar o papel que a mulher guineense desempenha na organização social do seu país.

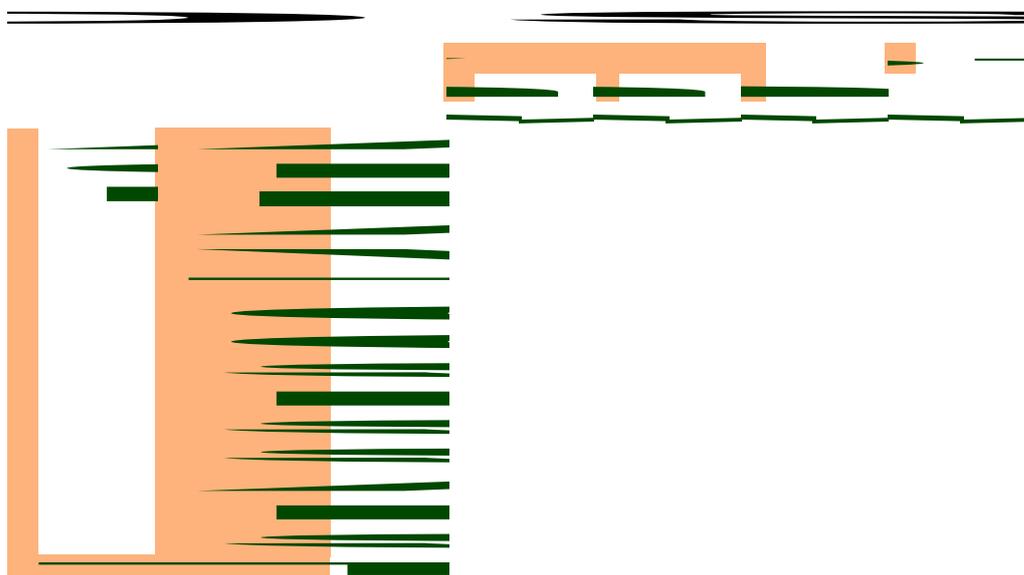
Analisando agora as categorias ocupacionais com maior relevância na estrutura económica do Bairro de Belém, deparámos com o facto de a profissão referenciada por um maior número de indivíduos ser uma profissão praticada exclusivamente ao sexo feminino, a **bideira**, com **10,19%** dos indivíduos. A profissão do sexo masculino que apresenta correspondência com a profissão de bideira, o **vendedor**, foi referenciado por **1,16%**, aumentando ainda mais a importância deste tipo de comerciantes.

Destacam-se ainda das restantes profissões aqueles que declararam ser **funcionários públicos** (**7,17%** da população activa) e os **comerciantes** (**6,63%**). O valor de destaque ocupado pelos comerciantes, aqui considerados como aqueles que realizam o comércio a retalho, sublinham ainda mais a importância do comércio para o desenvolvimento do modo de vida da família guineense.

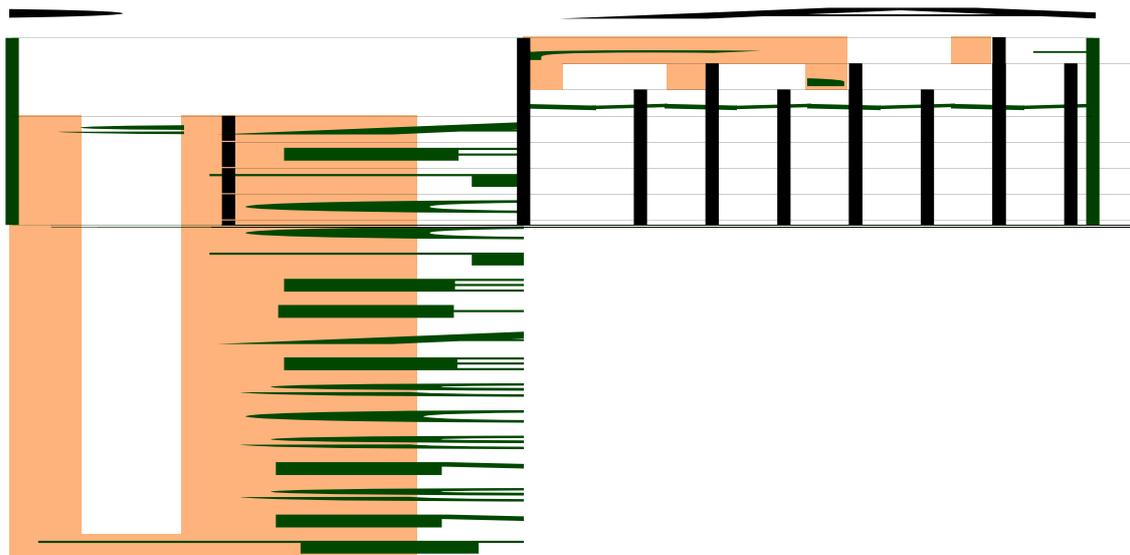
Segue-se depois um outro grupo de ocupações liderado pelos **motoristas/condutores** (**3,6%**), pelos **pedreiros** (**2,58%**), **mecânicos** (**2,18%**) e **carpinteiros** (**2,05%**). Apesar de apresentar um valor semelhante ao das ocupações referidas neste grupo optámos por destacar os **professores** (**2,89%**) dado o facto de esta ser uma ocupação com características, ao nível das necessidades de formação daqueles que as desempenham, bem diferentes das apresentadas pelo restante conjunto de ocupações merecedoras de destaque. Outra ocupação referenciada repetidas vezes pelos indivíduos recenseados é a de **funcionário privado** (**2,98%**). Apesar de não ser muito fácil definirmos este conceito, especulámos que este se refere às pessoas com a posição de assalariado em

determinadas empresas privadas, mas cuja especificidade da ocupação não foi suficiente para lhes permitir responder com um conceito mais específico.

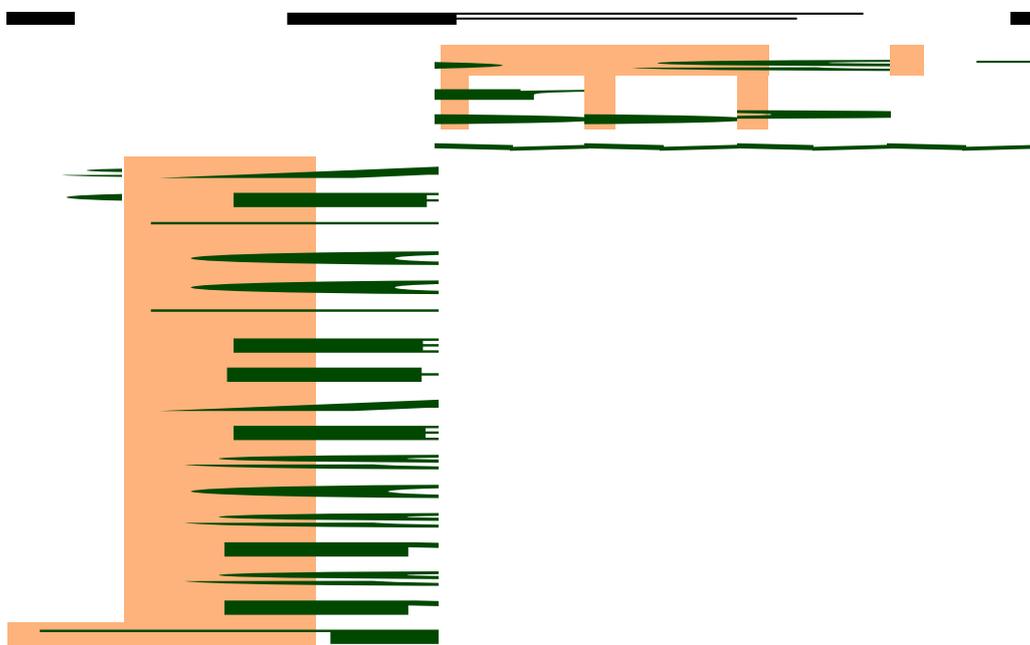
No quadro 22 procedemos a uma análise da estrutura económica do bairro recorrendo ao agrupamento das diferentes actividades. Como seria de esperar, atendendo à distribuição que já tivemos oportunidade de referenciar na análise das actividades individualmente, o sector do **comércio** é aquele que ocupa uma maior parcela da população recenseada residente no Bairro de Belém (**21,9%**). Seguem-se as actividades associadas à **administração** (**13,3%**), à **construção civil** (**8,1%**), aos **serviços** (**6,7%**) e aos **transportes e comunicações** (**6,2%**).



Se optarmos por recorrer à **Classificação das Actividades Económicas** mais convencional o grupo que se destaca é o da **Educação** (**50,1%**), facto este relacionado com a inclusão dos estudantes neste grupo. Se retirarmos este grupo destaca-se, como esperado, o sector do **Comércio** (**10,5%**), o da **Administração Pública e Defesa** (**5,0%**), merecendo algum destaque também o sector da **Construção Civil** (**3,2%**).



Passaremos agora para a análise destas distribuições, mas seguindo agora a óptica de ocupação do chefe de família, procurando estabelecer uma relação entre a profissão deste e o nível de bem estar da família. Iremos realizar este processo utilizando uma metodologia oposta à que fizemos em relação às pessoas tomadas individualmente, iniciando com a componente mais geral, passando depois para o caso das actividades analisadas individualmente.



Analisando este quadro o primeiro facto digno de destaque está associado com a situação das famílias cujo chefe de família não declararam qualquer ocupação. Os **5,6%** de elementos agrupados no nível superior da hierarquia por nós estabelecida, em comparação com os **11%** do total da amostra, são reflexo dessa situação. Pela negativa

destacam-se também as famílias cujo chefe de família declarou exercer a sua actividade na **agricultura**, com apenas **6,3%** no grupo dos menos pobres, contra os **50%** no dos mais pobres (face a uma média de **42,5%** para o total da amostra).

Também as famílias cujos chefes declararam desempenhar actividades no sector dos **transportes e comunicações** no sector do **comércio** apresentaram uma distribuição com uma tendência para se concentrar mais nos escalões inferiores da nossa escala de bem estar.

Pela positiva destaca-se o sector das **indústrias transformadoras**, com **25,5%** concentrado no grupo dos menos pobres e apenas **37,3%** no grupo dos mais pobres.

O sector da educação apresenta uma distribuição curiosa, já que por um lado a percentagem de indivíduos no grupo dos menos pobres é superior à média (**16%**), o mesmo acontecendo com o grupo dos mais pobres (**44%**), embora com menor amplitude. Este facto pode-se encontrar associado ao facto de este grupo abranger duas actividades completamente distintas em termos de rendimento (estudantes e professores).

Procurando aumentar o grau de consistência da nossa análise iremos agora analisar a relação entre os níveis de bem estar e as actividades económicas agrupadas segundo a nossa metodologia.

QUADRO 25 - PROFISSÕES AGRUPADAS POR CONJUNTOS DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS SEGUNDO OS NÍVEIS DE BEM ESTAR

		Indicador Composto de Bem Estar						Total	
		Menos Pobres		Pobres		Mais Pobres		N	%
		N	%	N	%	N	%		
Agrupamento de profissões por sectores	Agricultura	1	6,7	7	46,7	7	46,7	15	100,0
	Pesca	0	,0	1	100,0	0	,0	1	100,0
	Indústria	2	9,1	10	45,5	10	45,5	22	100,0
	Alimentação	0	,0	3	50,0	3	50,0	6	100,0
	Vestuário	3	20,0	5	33,3	7	46,7	15	100,0
	Transportes e Comunicações	2	4,0	24	48,0	24	48,0	50	100,0
	Comércio	9	8,6	51	48,6	45	42,9	105	100,0
	Construção Civil	6	14,0	21	48,8	16	37,2	43	100,0
	Saúde	0	,0	6	75,0	2	25,0	8	100,0
	Educação	6	23,1	10	38,5	10	38,5	26	100,0
	Serviços	10	16,4	24	39,3	27	44,3	61	100,0
	Serviços associados ao lazer	0	,0	4	66,7	2	33,3	6	100,0
	Administração e Outros	20	13,2	71	46,7	61	40,1	152	100,0
	Empresário	1	14,3	5	71,4	1	14,3	7	100,0
Sem ocupação/Profissão	2	5,6	18	50,0	16	44,4	36	100,0	
Total	62	11,2	260	47,0	231	41,8	553	100,0	

Os grupos que se destacaram pela positiva foram os das famílias cujo chefe de família declarou exercer a sua actividade no ramo da **educação (23,1%** no grupo dos menos pobres) e no ramo do **vestuário (20%)**. Neste grupo podemos incluir também a **construção civil**, pois os valores de **14%** para o grupo dos menos pobres e de **37,2%**

para o dos mais pobres o tornam um dos sectores com uma performance superior à média ao nível do bem estar.

Numa situação oposta situam-se as famílias cujo chefe de família declarou exercer a sua actividade no ramo da **agricultura** (**46,7%** no grupo dos mais pobres e apenas **6,7%** no dos menos pobres) ou no ramo dos **transportes e comunicações** (**48%** e **4%**) respectivamente.

No quadro 26 podemos fazer uma análise ainda mais particularizada da situação. Iremos referir algumas situações que dada a sua representatividade nos parecem ser merecedoras de destaque.

As quatro actividades, com números que justificam a nossa atenção, pela sua distribuição dar indicações em relação a uma correlação positiva entre estas e o nível de bem estar, são as de **Técnico Superior** (**33,3%** dos elementos no grupo superior), **Professor** (**20,8%**), **Funcionário Privado** (**17,6%**) e **Carpinteiro** (**15,4%**). Com excepção da profissão de carpinteiro, todas as restantes são profissões que implicam essencialmente o desenvolvimento de um esforço de cariz intelectual.

QUADRO 26 - OCUPAÇÕES SEGUNDO OS NÍVEIS DE BEM ESTAR

Prof/Ocupação	Indicador Composto de Bem Estar						Total	
	Menos Pobres		Pobres		Mais Pobres		N	%
	N	%	N	%	N	%		
Pedreiro	1	7,1	8	57,1	5	35,7	14	100,0
Comerciante	6	9,1	39	59,1	21	31,8	66	100,0
Bideira	1	3,4	11	37,9	17	58,6	29	100,0
Carpinteiro	2	15,4	6	46,2	5	38,5	13	100,0
Ferreiro	0	,0	2	100,0	0	,0	2	100,0
Mecânico	0	,0	5	41,7	7	58,3	12	100,0
Padeiro	0	,0	1	50,0	1	50,0	2	100,0
Electricista	0	,0	1	50,0	1	50,0	2	100,0
Bate Chapa	0	,0	1	100,0	0	,0	1	100,0
Serralheiro	1	16,7	3	50,0	2	33,3	6	100,0
Costureira	1	12,5	5	62,5	2	25,0	8	100,0
Alfaiate	2	40,0	0	,0	3	60,0	5	100,0
Canalizador	1	25,0	1	25,0	2	50,0	4	100,0
Doméstica	6	9,8	28	45,9	27	44,3	61	100,0
Funcionário Público	11	10,8	54	52,9	37	36,3	102	100,0
Jornalista	0	,0	1	50,0	1	50,0	2	100,0
Técnico Superior	7	33,3	6	28,6	8	38,1	21	100,0
Estudante	2	8,3	10	41,7	12	50,0	24	100,0
Guarda	0	,0	3	42,9	4	57,1	7	100,0
Motorista/Condutor	0	,0	16	53,3	14	46,7	30	100,0
Agricultor	0	,0	6	50,0	6	50,0	12	100,0
Sem ocupação	2	5,6	18	50,0	16	44,4	36	100,0
Marinheiro	2	14,3	6	42,9	6	42,9	14	100,0
Emigrante	0	,0	1	33,3	2	66,7	3	100,0
Professor	5	20,8	9	37,5	10	41,7	24	100,0
Técnico de comunicações	0	,0	1	50,0	1	50,0	2	100,0
Enfermeira	0	,0	2	66,7	1	33,3	3	100,0
Artista	0	,0	2	50,0	2	50,0	4	100,0
Mouro	0	,0	3	100,0	0	,0	3	100,0
Pintor	0	,0	2	100,0	0	,0	2	100,0
Polícia/Militar	0	,0	4	26,7	11	73,3	15	100,0
Contabilista	2	40,0	3	60,0	0	,0	5	100,0
Sapateiro	0	,0	0	,0	2	100,0	2	100,0
Secretário	2	50,0	2	50,0	0	,0	4	100,0
Enfermeiro	0	,0	4	80,0	1	20,0	5	100,0
Construção Civil	0	,0	0	,0	1	100,0	1	100,0
Educador Infantil	1	50,0	1	50,0	0	,0	2	100,0
Pescador	0	,0	1	100,0	0	,0	1	100,0
Informático	2	100,0	0	,0	0	,0	2	100,0
Armazenista	0	,0	0	,0	1	100,0	1	100,0
Servente	0	,0	5	50,0	5	50,0	10	100,0
Técnico de Frio	2	50,0	1	25,0	1	25,0	4	100,0
Tecedor	0	,0	1	100,0	0	,0	1	100,0
Técnico agrícola	1	33,3	1	33,3	1	33,3	3	100,0
Estufador	0	,0	0	,0	2	100,0	2	100,0
Lavadeira	0	,0	0	,0	3	100,0	3	100,0
Empresário	1	14,3	5	71,4	1	14,3	7	100,0
Vendedor	2	22,2	1	11,1	6	66,7	9	100,0
Técnico de Construção	1	100,0	0	,0	0	,0	1	100,0
empregado bancário	0	,0	1	50,0	1	50,0	2	100,0
funcionário privado	6	17,6	12	35,3	16	47,1	34	100,0
Tecn. Desportivo	0	,0	1	100,0	0	,0	1	100,0
Animadora Rural	0	,0	2	100,0	0	,0	2	100,0
Caixa	0	,0	0	,0	2	100,0	2	100,0
Estivador	0	,0	0	,0	2	100,0	2	100,0
Cozinheiro	0	,0	2	50,0	2	50,0	4	100,0
Disc Jokey	0	,0	1	100,0	0	,0	1	100,0
Jardineiro	0	,0	0	,0	1	100,0	1	100,0
Não resposta	1	50,0	0	,0	1	50,0	2	100,0
Total	71	11,0	299	46,5	273	42,5	643	100,0

Com valores mercedores de destaque, mas neste caso pela vertente negativa destaca-se de todas as restantes a profissão de **polícia ou militar**, com **73,3%** das famílias cujo

chefe de família exerce uma destas actividades a pertencerem ao escalão mais baixo da hierarquia de bem estar.

Com uma tendência semelhante em termos de distribuição, embora não tão acentuada como o que acontece no caso dos polícias ou militares, encontram-se as **bideiras (58,6%)**, os **mecânicos (58,3%)**, e as famílias cujo chefe de família declarou ser estudante (**50%**).

Outro grupo se destaca pelo facto de não possuir qualquer elemento no grupo dos menos pobres, concentrando-se exclusivamente no grupo dos pobres ou menos pobres). Apresentam este resultado os **motoristas/condutores** e os **agricultores**.

Tanto os **funcionários públicos**, como os **comerciantes** (que se distinguem das bideiras ou dos vendedores pelos volumes superiores transaccionados) apresentam uma tendência para se concentrarem especialmente no sector intermédio (**52,9%** e **59,1%**) respectivamente. Em ambas as situações essa maior concentração é realizada especialmente em detrimento do sector dos mais pobres.

Curioso o facto de as famílias cujos chefes declararam **doméstica** como ocupação apresentarem uma distribuição relativamente aproximada da média.

Em relação às situações em que o chefe de família declarou não ter uma ocupação, a percentagem de famílias no grupo dos menos pobres é reduzida (**5,6%**), embora a tendência curiosamente seja para esse valor ter um impacto mais acentuado no nível intermédio da distribuição, o que nos leva a pensar que a estratégia de vida destas famílias terá de passar obrigatoriamente por outras fontes que não o rendimento do chefe de família, ou pelo menos o rendimento directamente associado à actividade por este desenvolvida, ou melhor, declarada.

PARTE II

9. RESTITUIÇÃO E DIFUSÃO NO BAIRRO DESTES RESULTADOS

A restituição aos inquiridos do resultado dos inquéritos feitos é um elemento importante no trabalho feito num bairro, e na criação de um sentimento de utilidade nas respostas que a população dá aos inquiridores, seja no actual inquérito seja no futuro.

Não encontramos bibliografia adequada para qualquer teorização sobre essa questão. Na prática apenas conhecemos uma experiência de um inquérito em Moçambique, onde foram feitas reuniões com a população tendo por suporte um caderno onde se relatava as entrevistas a que essa mesma população tinha respondido, e painéis transportáveis de fotografias e desenho¹⁰.

Inovou-se para o inquérito similar no bairro de Quelele utilizando tecnologias de fotografias digitais, impressão em formato A3, plastificação e exposição para os moradores do bairro. O balanço da AD é extremamente positivo deste processo.

Assim propomos o seguinte:

1º. Que se defina um objectivo estratégico para esta restituição que seja “Contribuir para a criação de uma identidade de bairro nos moradores”. Ou seja que este processo de restituição vise ir criando a ideia e convicção nos moradores que o facto de viver no bairro de Belém é um elemento socialmente positivo e diferenciador no seu bem estar.

2º. Que a exposição com os resultados do inquérito seja feita nos mesmos moldes do que aquela do bairro de Quelele.

Que os componentes centrais dessa exposição sejam painéis com gráficos, fotografias e alguns quadros apresentados de forma agradável à vista e organizada segundo os temas de recolha de dados do inquérito.

3º. Que se intercalem fotografias em formato maior do bairro aproveitando o trabalho feito pelo Pedro Lonet, ou por outras pessoas que tiraram fotos no bairro.

4º. Que se solicite ao MTS vários exemplares do livro “O Associativismo e o Microcrédito na Guiné, Cabo Verde e Moçambique” para oferecer aos membros da sociedade civil guineense, na inauguração da exposição.

5º. Que se promova uma reunião de discussão das questões que o inquérito levanta com pessoas do bairro e com convidados de Bissau.

6º. Que se faça um pequeno caderno com os painéis da exposição e um pequeno texto em numero suficiente para uma distribuição como a referida em 4.

7º Que os temas para os painéis sejam os seguintes:

¹⁰ Raposo, I., (1986)

- PAINEL 1 Titulo da exposição, identificação das organizações envolvidas
- PAINEL 2 Quantos somos nas zonas C, D e E do bairro de Belém ?
- PAINEL 3 Fotografia a escolher
- PAINEL 4 Como são as coberturas das nossas casas ?
- PAINEL 5 Fotografia a escolher
- PAINEL 6 Como são as paredes onde vivemos ?
- PAINEL 7 Fotografia a escolher
- PAINEL 8 Que soalhos pisamos ?
- PAINEL 9 Fotografia a escolher
- PAINEL 10 Que água bebemos ?
- PAINEL 11 Planta de localização
- PAINEL 12 Que esgotos temos ?
- PAINEL 13 Fotografia a escolher
- PAINEL 14 Como cozinhamos ?
- PAINEL 15 Fotografia a escolher
- PAINEL 16 Que luz temos ?
- PAINEL 17 Fotografia a escolher
- PAINEL 18 Que educação / habilitações temos ?
- PAINEL 19 Fotografia a escolher
- PAINEL 20 Que fazemos nalguns dos nossos trabalhos ?
- PAINEL 21 Fotografia a escolher
- PAINEL 22 Quem mora junto ?
- PAINEL 23 Fotografia a escolher
- PAINEL 24 Qual etnia / raça ?
- PAINEL 25 Fotografia a escolher

PAINEL 26 Qual religião ?

PAINEL 27 Fotografia a escolher

PAINEL 28 Que idades temos ?

PAINEL 29 Fotografia a escolher

PAINEL 30 Quanto são os mais pobres, os pobres e os menos pobres ?

PAINEL 31 Fotografia a escolher

PAINEL 32 Ficha técnica

10. ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA AVALIAÇÃO DO BEM ESTAR

A avaliação do Bem Estar e portanto a metodologia de construção de um Observatório que permita acompanhar a evolução do Bem Estar nos bairros tem um enquadramento teórico que parte da ideia que é fundamental determinar o que aconteceria se não tivesse havido acções concretas para melhoria do Bem Estar. Desta ideia se parte para uma classificação dos métodos de avaliação em três tipos:

O grupo de controle experimental

Escolha de dois grupos de forma aleatória (ou seja ao acaso) de entre os potenciais beneficiários das acções de melhoria. Um dos grupos não é objecto de acção nenhuma, e o outro é objecto de acções várias. Os indicadores escolhidos medem a evolução por comparação entre os dois grupos.

Os problemas apontados pela literatura incidem sobre aspectos éticos (estamos a privar expressamente pessoas de acções que poderiam melhorar o seu Bem Estar), aspectos políticos (como se pode politicamente intervir junto de um grupo e não de outro), aspectos geográficos (os programas nacionais não podem excluir grupos de pessoas ou regiões), aspectos práticos de constituição aleatória de um grupo de não beneficiados.

O grupo de controle quase experimental

A diferença para o anterior é que a escolha dos grupos não é feita por método aleatório. Para além dos problemas do grupo anterior, este método tem pouca credibilidade estatística. Essa credibilidade só se admite com a escolha ao acaso (aleatoriamente). A

escolha dos membros dos grupos para comparação seja porque critérios forem, resulta sempre de opções discutíveis.

A evolução a partir de um momento temporal

Considerado por alguma literatura como uma variação do último método, parte da análise e recolha de dados sobre um grupo de população que vai ser alvo de acções para melhorarem o seu Bem Estar. A recolha de dados ao longo da intervenção ou no final da mesma permite medir o impacto das acções realizadas.

Julgamos que este último método é o único viável e prático. Os restantes são mais uma adaptação de métodos laboratoriais às ciências sociais.

E se o Banco Mundial utilizou nos Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial e em publicações de avaliação do ajustamento estrutural, a comparação entre um grupo de países onde se punham em prática as políticas de estabilização e ajustamento estrutural em contraponto a outro grupo onde tais políticas não existiam, tal método não é aplicável num bairro.

Não é socialmente possível contrastar zonas de um bairro onde não haja intervenção para melhorar o Bem Estar, com outras zonas do mesmo bairro onde tal intervenção decorra no mesmo período de tempo.

A literatura defende uma integração entre os métodos quantitativos e qualitativos. Embora cada vez mais estes últimos se vão resumindo à recolha de opinião das pessoas alvo das acções, nos processos conhecidos como métodos de participação.

A proposta de metodologia que julgo viável para o Observatório que se pretende construir, parte da noção de bem estar expressa graficamente na Pirâmide do Bem Estar, (PBE) onde cada linha corresponde a um nível de Bem Estar, desde o mais baixo até ao mais alto.

Quando o acesso a mais recursos aumenta, o Bem Estar também aumenta.

Pretende-se assim operacionalizar a noção de Bem Estar / Pobreza multidimensional, juntando recursos de consumo individual, como a alimentação, de utilização (ou apropriação) social, como os de origem na pertença étnica ou religiosa, e mesmo os recursos de origem institucional, ou a participação na vida política da comunidade.

Note-se que a definição dos componentes da PBE tem muito de subjectivo, por mais recurso que faça à literatura existente. Os inquéritos feitos na Europa que procuraram determinar esses componentes deram resultados muito pouco fiáveis quer nos elementos quer na hierarquia dos mesmos (Hagenaars, 1986). Em África os métodos participativos ainda não conseguiram originar uma definição de padrões generalizáveis

de BE, embora o recente *Voices of the Poor*, financiado pelo Banco Mundial, seja um avanço significativo nessa direcção.

Assim a proposta que faço para este Observatório radica conceptualmente no conhecimento da realidade dos membros de ONG e Associação de Moradores e de pessoas que conhecem muito o país, para além dos meus próprios conhecimentos.

Aquilo que se pretende detectar é a mudança, para melhor ou para pior, e não a situação estática. Por exemplo na componente de habitação o que se procura medir é se as condições de habitação melhoraram ou pioraram e não se a família mantém a casa que já detinha aquando do primeiro inquérito.

II. OS CADERNOS DE VONTADES

A Revolução francesa de 1789 organizou “*Cahiers de plaintes*” com queixas recolhidas junto de Assembleias locais por toda a França e apresentadas aos Estados Gerais, convocados por Louis XVI. Em 1989, uma instituição mutualista francesa, retomou essa prática e elaborou Cadernos com um processo de consulta alargado, para apresentação num Forum internacional intitulado “Estados Gerais de Solidariedade”. O sucesso dessa iniciativa fez com que fossem sendo renovados oito anos depois. Ficaram conhecidos por “Caderno 2000 – dizer para agir”.

O que propomos é que no segundo ano do projecto se experimente a prática de aprovar “Cadernos de vontades”, dos habitantes do bairro, com este ou outro nome, escolhido pelos responsáveis do trabalho no bairro.

Assim haveria dois boletins de inquérito a preencher por uma amostra de 10 % das famílias determinadas da forma como o ponto seguinte explica. Um deles repete o boletim do Censo e serve para calcular os dados de evolução dos indicadores quantitativos (cobertura, soalhos, acesso a água tratada, níveis de bem estar, instrução, profissões, etc.).

O segundo serve para se definir as aspirações e vontades dos moradores num “Caderno de vontades” os dados e de uma ou mais reuniões abertas à população, promovida pela Associação de Moradores/Associação para o Desenvolvimento. Para este segundo, elaborar-se-ia uma listagem de aspirações ou vontades dos habitantes que funcionaria como guia indicativo para o trabalho de melhoria da bem estar no bairro. E as respostas seriam sobretudo qualitativas.

Aqui se apresenta uma proposta de boletim para este segundo inquérito de acordo com essas ideias, e partindo do padrão de bem estar que se apresentou com a pirâmide de bem estar.

CADERNOS DE VONTADES - BAIRRO DE BELÉM

Inquiridor _____

Zona n.º _____

Data ____- ____- 2000

1. (*Alimentação*) Que produtos gostaria de que a sua família comesse ?

2. (*Vestuário*) Diga quais as roupas que pensa serem boas para os seus filhos ?

3. (*Habitação*) Descreva a casa em que gostaria de viver quanto a numero de divisões, cobertura de tecto, soalho, material das paredes, esgotos, água e luz.

N.º de divisões _____ Cobertura de tecto _____

Material do Soalho _____ Material das paredes _____

_____ Tipo de esgoto _____

Modo de ter água _____ Modo de ter luz _____

4. (*Recursos Sociais Família/Etnia/Religião*) Acha que as famílias de diferentes etnias deviam viver separadas ou como é agora no bairro, onde cada um vive onde quer ?

5. (*Recursos Sociais Família/Etnia/Religião*) Acha que já houve ou pode haver problemas com vizinhos do mesmo bairro por causa da religião de cada um ?

6. (*Trabalho*) Que trabalho gostaria de fazer para ganhar mais ? E que trabalho deseja que os seus filhos façam? _____

7. (*Recursos Públicos Estatais*) Que problemas do bairro acha que o Estado/Câmara Municipal devem resolver ? _____

8. (*Recursos Públicos*) Quais desses problemas os moradores organizados e a TINIGUENA devem resolver ?

9. (*Terra*) A terra que pode plantar chega para a sua família ? _____

10. (*Empowerment*) Acha importante haver reuniões onde os habitantes do bairro possam dizer que problemas têm e tentar resolvê – los em conjunto ? Ou acha que cada um tem de conseguir resolver por si com a sua família esses problemas ?

Todas as questões devem estar dispostas graficamente de forma a caberem na mesma página.

Os resultados seriam apresentados e discutidos nas reuniões com as pessoas com mais iniciativa (ou mais importantes, ou mais respeitáveis) do bairro, professores, da TINIGUENA, donos de pequenas empresas, etc.

12. OS INDICADORES DA EVOLUÇÃO

Tomemos primeiro um quadro do CAD da OCDE, onde se pretende resumir nalguns indicadores o modo como se pode verificar a evolução das áreas do “progresso do desenvolvimento” de acordo com os objectivos definidos pela ONU em cimeiras de Copenhagen, Beijing, Cairo e Rio de Janeiro. Do quadro que consta na bibliografia (Hammond, 1998) indicámos aqueles indicadores que nos parecem possíveis de calcular com os dados do inquérito já feito, referindo aqueles que não estão no inquérito mas que é possível calcular a nível de bairro:

OBJECTIVOS	INDICADORES
Bem estar económico	
Redução da pobreza/ Desigualdade	População com cobertura em palha, soalho em terra batida e abaixo da média de consumo de arroz. População com cobertura em zinco, soalho em terra batida e abaixo da média de consumo de arroz.
Desenvolvimento Social	
Habitação	Percentagem de casas com cobertura em palha Percentagem de casas com todo o soalho em terra batida Crescimento da % de pessoas com acesso a latrinas
Educação primária universal	Frequência escolar em % do total das crianças em idade 7-12. Frequência escolar primária e secundária até aos 15 anos em % do total das crianças e jovens em idade dos 7 aos 15 anos. Pessoas sem qualquer frequência escolar em % do total de pessoas dos 15 aos 24 anos.
Igualdade de género	Rácios entre raparigas e rapazes que frequentam a escola primária e a secundária. Rácios entre as mulheres e homens sem frequência escolar qualquer dos 15 aos 24 anos.

Mortalidade infantil e juvenil	Crianças mortas à nascença por nascimentos (não está no inquérito). Crianças mortas até aos 5 anos por total do grupo etário (não está no inquérito).
Mortalidade maternal	Mulheres mortas de parto ou no primeiro mês de nascimento, por total de nascimentos (não está no inquérito).
Saúde reprodutiva	Uso de contraceptivos (não está no inquérito). Doentes com SIDA entre 15 e 24 anos mulheres grávidas (não está no inquérito).
Meio ambiente	População com diferentes tipos de acesso a água. Energia para cozinhar.
Indicadores gerais	População a trabalhar tendo como local de trabalho o bairro
	Estrutura de actividades das pessoas do bairro.
	Percentagem das pessoas Sem Ocupação, em percentagem dos grupos etários de 8 – 14 anos e + de 14 anos.

13. A RECOLHA DE DADOS

A recolha de dados faz-se por amostragem. Existe uma regra utilizada pelos técnicos de estatística na construção de amostras, que diz que uma amostra não deve ter menos de 100 inquéritos. Neste caso do bairro de Belém podemos recorrer a ela e estabelecer esse numero como valor total dos inquéritos a fazer.

Note-se que SE DEVEM inquirir todas as famílias que habitam na mesma habitação, pois não me parece correcto socialmente inquirir só parte das famílias que habitam juntas. E não me parece correcto porque tal método pode originar confusões entre as pessoas que podem pensar estarem umas a serem favorecidas em relação a outras. Também me parece que haverá benefícios/malefícios não detectáveis pelo facto de viverem na mesma habitação. Ou seja que as evolução favorável ou desfavorável de uma família tem consequências, causas e estratégias que podem ter a ver com os vizinhos mais próximos.

Para o bairro de Belém julgo que o mais adequado é estratificar por zonas. Assim teríamos:

QUADRO 36

AMOSTRAGEM PARA FUTUROS INQUÉRITOS

ZONA	HABITAÇÕES OCUPADAS	AMOSTRA
C	119	35
D	156	45
E	61	20
TOTAL	336	100

Estes números devem manter-se mas as habitações devem mudar. Ou seja uma habitação visitada num inquérito não é visitada no seguinte.

A escolha das habitações faz-se à sorte (aleatoriamente) a partir dos boletins do primeiro inquérito. Para o segundo inquérito escolhe-se sem readmitir os que já foram escolhidos. Para que o manuseamento dos boletins iniciais não os danifique como é natural que aconteça, deve-se ter fichas em cartão para cada uma das habitações onde se anota que a casa foi inquirida.

BIBLIOGRAFIA

- ACHINGER G., (1986), "Família guineense: estabilidade e transformação", in Soronda, Nº 1, Janeiro, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Bissau, Republica da Guiné Bissau.

(1991), "Os destinos duma grande família guineense numa época de transformações políticas e sociais" in Revista Internacional de Estudos Africanos, Nº14-15, Lisboa, Portugal.

- BANCO MUNDIAL, (2000), Attacking poverty, Relatório de Desenvolvimento Mundial.

- CARDOSO, C. e IMBALI, F. (1993) "As questões institucionais e o programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau", in Os efeitos sócio-económicos do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Julho, Bissau, Republica da Guiné-Bissau.

- CARREIRA, A., Várias obras e artigos publicados sobretudo no Boletim Cultural da Guiné – Portuguesa, entre 1966 e 1972, e em livros da Sociedade de Geografia, até 1984.

(pode ver-se toda a bibliografia existente no site <http://www.memoria-africa.ua.pt>)

- CARVALHO, A.D., (1999), As cidades e os rostos da exclusão, Educação Social, Universidade Portucalense Infante D. Afonso Henriques, Porto.

- DAC, (2000), DAC Guidelines on Poverty Reduction, mimeo, OCDE.

- HANDEN, D. L., (1985) , Nature et fonctionnement du pouvoir chez les balanta brassa, Kacu Martel, Nº 6, INEP, Bissau, Republica da Guiné Bissau.

- LEBRIS et al., (1987), "Conclusion, Résidence, stratégies, parenté", in Famille et residence dans les villes africaines, Dakar, Bamako, Saint – Louis, Lomé, ed. LeBris et al., L'Harmatan, Paris, França.

- MEILLASSOUX C. , (1976), Mulheres, celeiros & capitais, Critica e Sociedade, 7, Afrontamento, Porto, Portugal.

- ONU, BM, FMI, OCDE, (2000), A Better World for All

www.paris21.org/betterworld/

www.paris21.org/betterworld/

- RAPOSO, I., (1986), Villes propes, villes en ordre, réflexions á propos d'une anthropologie pour le développement, trabalho de DEA, Paris, França.

- RIBEIRO, R., (1987), A sociedade crioula na Guiné-Portuguesa, 1900-1960, tese de licenciatura, mimeo, Lisboa, Portugal.
- BAKER, J.L., (1999), Evaluating the poverty impact of projects: a handbook for practitioners, mimeo, World Bank, jbaker@worldbank.org.
- DAC, (2000), Indicators for the international development goals, a suggestion for some qualitative indicators, mimeo, OCDE.
- DFID, (1998), Poverty Aim Marker, Policy Information Marker System, UK.
- HAMMOND, B., (1998), Mesuring Development Progress, A working set of core indicators, mimeo, DAC/OCDE, woecd.org/dac/indicators.
- PROENÇA, (2000), Os efeitos das políticas de estabilização e ajustamento no bem estar das famílias em Bissau, 1986,1991,1993/4, Tese de doutoramento em fase final, ISEG/ISCTE, Lisboa.
- UNDP, (1998), Classification Guidelines, mimeo, New York.
- UNICEF, (2000), www.unicef.org/statis/

QUADRO 36

OS ÚLTIMOS CENSOS DA POPULAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

	1979	1991
População residente		
Total	767.739	979203
Bissau	109.214	195389
População por sexo em Bissau (%)		
Homens	48.2	48.3
Mulheres	51.8	51.7
Grupos etários no SAB(1) (%)		
0 - 7 anos	28.3	28.4
8 - 14	16.0	18.2
15 - 44	40.6	38.5
45 - 59	8.2	7.5
60 +	6.9	7.4
0 - 19	53.7	56.2
45 +	15.1	14.8
Número de pessoas/agregado		
Total	6.2	7.4
Bissau	5.6	6.2
Estrutura étnica em Bissau(%) (2)		
Balantas	26.6	26.5
Fulas	8.6	15.9
Mandingas	10.8	14.5
Manjaco	12.8	11.3
Papel	31.0	23.0
Mista	10.2	8.7

Fonte: INEC, Bissau .

Notas: (1) Sector autónomo de Bissau.

(2) Só etnias principais das 32 recenseadas.

